

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANTANA DO LIVRAMENTO
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANA PAULA GONÇALVES CUNHA

**A RELAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS E IRÃ: DA REVOLUÇÃO IRANIANA A
2009**

**Santana do Livramento
2021**

ANA PAULA GONÇALVES CUNHA

**A RELAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS E IRÃ: DA REVOLUÇÃO IRANIANA A
2009**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Renato José da Costa

**Santana do Livramento
2021**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo (a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

C972r

Cunha, Ana Paula Gonçalves

A relação entre Estados Unidos e Irã: da Revolução Iraniana a 2009 /
Ana Paula Gonçalves Cunha.

88 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade Federal
do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2021.

"Orientação: Renato José Da Costa".

1. política externa. 2. Estados Unidos. 3. Irã. 4. mandatos presidenciais.
5. Revolução Iraniana. I. Título.

ANA PAULA GONÇALVES CUNHA

**A RELAÇÃO ENTRE ESTADOS UNIDOS E IRÃ: DA REVOLUÇÃO IRANIANA A
2009**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Relações
Internacionais da Universidade Federal do
Pampa, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em: ___/___/_____.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Renato José da Costa
Orientador
UNIPAMPA

Prof. Dr. Andrew Patrick Traumann
UNICuritiba

Profa. Dra. Andreia Lopes Beppu
INPG

Dedico este trabalho a toda comunidade acadêmica.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, por apoiarem todas as minhas escolhas, por incentivarem o melhor em mim e por me proporcionarem as melhores condições para chegar até aqui.

Ao meu professor e orientador Renato José da Costa, por me auxiliar durante todo esse processo, dando liberdade e segurança durante suas orientações.

A todos os meus professores, principalmente os da UNIPAMPA, que me mostraram a importância do conhecimento e me incentivaram a sempre buscar mais. Agradeço, sobretudo, os professores Fernando Câmara Rieger e Rafael Balardim por me introduzirem aos estudos de Política Externa.

Por fim, agradeço também a todos os meus familiares e amigos que acreditaram e torceram pelo meu sucesso.

“Só se pode alcançar um grande êxito quando nos mantemos fiéis a nós mesmos.”

Friedrich Nietzsche

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo geral compreender de que forma a Revolução Iraniana e as decisões tomadas em cada mandato presidencial estadunidense impactaram na relação entre Estados Unidos e Irã nos anos de 1979 a 2009. Nele, é analisada a política externa estadunidense, não somente do período supracitado, mas também em perspectiva histórica para que se possa compreender como se deu a construção de seus valores e objetivos. Além disso, o trabalho analisa a Revolução Iraniana para compreender as mudanças que ela trouxe ao seu país. Para isso, discursos presidenciais e textos acadêmicos são utilizados para descobrir os reais impactos desses dois fatores na relação entre Estados Unidos e Irã. Assim, com base em procedimentos metodológicos bibliográficos e documentais, além de o caráter qualitativo e de métodos hipotético-dedutivo e comparativo, chegou-se à conclusão que as políticas estadunidenses tomadas a partir das mudanças oriundas da Revolução Iraniana tiveram grande impacto na relação entre os dois países que passaram de aliados a adversários no sistema internacional. Essa mudança pode ser traduzida pelas fortes sanções econômicas, bem como pelos discursos agressivos dos Estados Unidos para com o Irã.

Palavras-chave: Estados Unidos. Irã. Política Externa. Revolução Iraniana. Mandatos presidenciais.

ABSTRACT

The present work aims to understand how the Iranian Revolution and the decisions made in each of the United States' presidential mandates impacted the relationship between the United States and Iran in the years between 1979 to 2009. In it, the American foreign policy is analyzed, not only from the aforementioned period, but also from a historical perspective so that we can understand how the construction of its values and goals took place. In addition, this paper analyzes the Iranian Revolution itself to understand the changes it has brought to its country. For this, presidential speeches and academic texts are used to find out the real impacts of these two factors on the relationship between United States and Iran. Thus, based on bibliographic and documentary methodological procedures, in addition to the qualitative character and hypothetical-deductive and comparative methods, it was concluded that the American policies taken from the changes arising from the Iranian Revolution had great impacts on the relationship between the two countries that have gone from allies to adversaries in the international system. This change can be translated by strong economic sanctions as well as the United States' aggressive speeches to Iran.

Keywords: United States. Iran. Foreign Policy. Iranian Revolution. Presidential Mandates.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AIEA – Agência Internacional de Energia Atômica

A.P.E. – Análise de Política Externa

CIA – Central Intelligence Agency

EUA – Estados Unidos da América

GATT – General Agreement on Tariffs and Trade

NAFTA – North American Free Trade Agreement

NSSEE – National Security Strategy of Engagement and Enlargement

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

ONU – Organização das Nações Unidas

R.I. – Relações Internacionais

TNP – Tratado de Não Proliferação

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. ESTRUTURA TEÓRICA	12
2. 1 Neorrealismo	12
2. 2 Análise de Política Externa.....	20
2. 3 Análise de Política Externa e o Neorrealismo.....	24
3. A REVOLUÇÃO IRANIANA	26
4. A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE	35
4. 1 A política externa de Jimmy Carter	37
4. 2 A política externa de Ronald Reagan	43
4. 3 A política externa de George H. W. Bush	49
4. 4 A política externa de Bill Clinton	57
4. 5 A política externa de George W. Bush.....	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	76

1. INTRODUÇÃO

A relevância da Revolução Iraniana é um fator incontestável. Muitas vezes, ela é igualada a eventos como a Revolução Francesa e a Revolução Russa, tal a magnitude de seus acontecimentos. Diante disso, compreender o impacto desse processo revolucionário na relação entre Estados Unidos – superpotência que dividia o protagonismo do sistema internacional com a URSS durante a Guerra Fria e que se transformou o principal ator após este período – e Irã, no pós Revolução Iraniana, torna-se necessário haja vista seu impacto mundial naquele momento histórico, e que continua reverberando nos dias atuais, inclusive, tendo gerado a ruptura das relações diplomáticas entre os dois Estados.

Considerando, ainda, o fato de vivermos em um mundo cada vez mais globalizado, os desentendimentos entre Irã e os EUA acabam por extrapolar suas fronteiras físicas, atingindo a outros países. É válido ressaltar também a relevância dos atores em questão para o sistema internacional. Os Estados Unidos por serem uma das maiores potências da atualidade e exercerem grande influência sobre outros atores, e o Irã, por ser tido como importante *player* na questão energética graças a sua localização geográfica estratégica e suas reservas de petróleo e gás natural.

Assim, o presente trabalho se propõe a analisar a política externa estadunidense para o Irã desde a Revolução Iraniana, em 1979, até o ano de 2009. Essa delimitação temporal busca compreender os possíveis impactos da Revolução Iraniana na condução da política externa estadunidense, se limitando até o ano de 2009, que representa o fim do mandato de George W. Bush – presidente estadunidense cujas políticas neoconservadoras agravaram ainda mais a relação com o Irã.

Subsidiariamente, analisam-se as ideias que pautaram a Revolução Iraniana, assim como busca-se identificar como a política externa estadunidense reagiu aos posicionamentos iranianos no transcorrer do período pesquisado, pois parte-se da hipótese de que as mudanças advindas da Revolução Iraniana, bem como a inabilidade de governantes estadunidenses em se relacionarem com sistemas governamentais diferentes dos seus, influenciaram na deterioração das relações entre os dois países. Visto que o interesse em garantir seu acesso aos recursos do Oriente Médio somado a incompreensão para com o novo governo iraniano levaram os Estados Unidos a adotarem políticas mais hostis para com o Irã.

Para a realização desta pesquisa foi-se definido que seria de caráter qualitativo, haja vista buscar compreender as mudanças ocorridas nas esferas políticas dos países em foco. No que tange ao alcance de seus objetivos, trata-se de uma pesquisa, predominantemente, descritiva, que se baseia em dados bibliográficos e documentais, sejam eles provenientes de fontes primária e/ou secundária. Quanto aos métodos escolhidos, estes são: hipotético-dedutivo e comparativo.

Com base nessa problemática, esse trabalho foi organizado da seguinte maneira: primeiramente, são expostos alguns conceitos teóricos, trazidos por autores neorrealistas e também dos estudos de Análise de Política Externa, servindo como parâmetro para entendermos a lógica de atuação no sistema internacional.

Os conceitos da teoria neorrealista auxiliam no entendimento da atuação estatal a partir da lógica mais centrada na figura do Estado, já que para as teorias realistas e neorrealistas, os Estados atuam no cenário internacional como um ator racional que busca a realização de seus interesses. Já as Análises de Política Externa nos ajudam a entender que existem outros atores que influenciam na tomada de decisões, havendo assim uma correlação entre atores internos e externos.

O segundo capítulo se propõe a explorar os fatos que desencadearam a Revolução Iraniana, buscando entender as mudanças que ela trouxe para o Irã e quais eram seus objetivos e ideais. Também, são apresentados os principais atores que fizeram parte desse processo revolucionário, com o destaque devido ao aiatolá Khomeini.

Já no terceiro capítulo, é analisada a política externa estadunidense entre os anos de 1979 a 2009. Nele são abordados temas relacionados à construção dessa política e as implicações em cada mandato presidencial. Para melhor compreensão de como essa política externa foi construída, discursos presidenciais e artigos acadêmicos servem de base. Tendo em vista o fato de que ações focadas em um ator da região do Oriente Médio têm repercussão nos demais, de modo complementar, este capítulo traz aspectos da política externa dos EUA para toda a região.

Por fim, após analisados padrões da política externa estadunidense e as mudanças advindas da Revolução Iraniana, nas considerações finais, é feita uma análise a fim de compreender os impactos desses fatores na relação entre Estados Unidos e Irã.

2. ESTRUTURA TEÓRICA

O corpo teórico desta pesquisa terá como principal base de análise a vertente neorrealista dos estudos de Relações Internacionais. Neste trabalho, considera-se teoria como uma espécie de lente que auxiliará a visualizar a maneira como o sistema internacional funciona e como seus atores se posicionam diante das condições que lhes foram dadas.

Entretanto, cabe ressaltar que nenhuma teoria é capaz de explicar a realidade em sua totalidade. Enquanto teorias de Relações Internacionais se propõem a estudar padrões sistêmicos, Análises de Política Externa auxiliariam no entendimento das particularidades de cada ator. Por isso, a fim de tornar esta pesquisa mais completa, além do diálogo entre autores neorrealistas, buscarei diversificar minha análise contando também com teorias dos estudos de Análise de Política Externa (APE).

2. 1 Neorrealismo

Uma vez que este subcapítulo busca compreender os padrões de atuação dos Estados dentro do sistema internacional a partir da perspectiva neorrealista, uma breve introdução à essa vertente faz-se necessária.

Assim, tem-se que a teoria neorrealista surgiu na década de 70 como reação à Teoria da Interdependência de Robert Keohane e Joseph Nye. Essa vertente teórica oriunda do Segundo Debate das Relações Internacionais, que demandava maior rigor científico a área de estudo, teve como precursor, Kenneth Waltz. Esse, através de sua obra *Theory of International Politics* de 1979, trouxe uma visão mais científica ao realismo, além trazer uma maior ênfase à estrutura sistêmica.

Baldwin (1993) explica o foco de Waltz em compreender os efeitos da estrutura do sistema internacional sobre seus atores. Waltz (1979) passou a entender o sistema internacional não apenas como a soma dos atores, mas como uma estrutura que limita e orienta a ação de seus agentes.

A respeito do Sistema Internacional, teorias neorrealistas compartilham a ideia da anarquia como princípio ordenador desse sistema, uma vez que ele carece de uma autoridade central responsável por regular as condutas de seus atores, isto é, inexistente uma entidade de caráter superior a soberania dos Estados.

Frente a essa característica do sistema, os autores neorrealistas discorrem que os Estados tendem a estar em contínua desconfiança entre si. Essa desconfiança advém não só do caráter anárquico do sistema, mas também da falta de transparência

por parte dos Estados e da capacidade que todos os atores detêm para uma ofensiva militar.

Essas condições criadas pelo sistema internacional impulsionariam os Estados, no ponto de vista do realismo ofensivo de Mearsheimer, a uma constante busca por poder, entendendo que a maximização desse os proporcionaria um maior nível de segurança e, conseqüentemente, a garantia de sua sobrevivência e preservação como entidade independente.

Assim, como afirmado por Mearsheimer (2001), o primeiro e principal objetivo de todo e qualquer Estado é a garantia de sua sobrevivência. Waltz (1979) explica que a garantia da sobrevivência seria a única maneira de os Estados alcançarem qualquer outro objetivo secundário ou não-securitários que eles venham a almejar, uma vez que apenas através da garantia de sua soberania e independência poderiam se posicionar perante aos outros países do sistema internacional.

Para esse trabalho, utilizarei a compreensão do que seria um “Estado seguro” de Glaser (2013), que estabelece que um Estado seguro seria aquele que tem menores chances de ser atacado, – e caso seja, sofrerá menores danos, dadas suas altas capacidades de defesa – menores chances de ser coagido e o menos provável de sofrer ameaças em relação aos seus interesses vitais.

De acordo com Mearsheimer (2001), a única forma de garantir, de maneira eficaz, a segurança estatal, seria através do alcance da posição de hegemonia, entendendo que assim, nenhum outro Estado teria capacidade de atentar contra ele. Entretanto, o próprio Mearsheimer (2001) reconhece as dificuldades de um Estado em se tornar uma hegemonia global, e admite a possibilidade da existência de uma hegemonia regional. O alcance dessa posição é tido como o objetivo final dos Estados na percepção do neorealismo ofensivo.

Mearsheimer (2001) menciona que os Estados estão sempre sujeitos ao revisionismo de sua condição no sistema internacional. Por não saberem o quanto de poder seria suficiente para manterem-se seguros, os Estados adotam uma postura revisionista em relação às suas capacidades, e são incentivados a agir ofensivamente pelo próprio sistema. A partir da análise do realismo ofensivo “quanto maior a vantagem militar que um Estado tem sobre os outros Estados, mais seguro é.” (MEARSHEIMER, 1994, p. 11-12)¹.

¹ “The greater the military advantage one state has over other states, the more secure it is.”

Essa condição ocasiona no que foi definido por John Herz, em 1950, como Dilema de Segurança. Tal conceito compreende que as medidas que um Estado adota para maximizar seus poderes só é possível em detrimento de outros Estados. Isso ocorre porque o sistema internacional é um sistema fechado, sendo assim impraticável vitória e ganhos para todos os seus atores. Waltz (1979) explica que os Estados, por sua vez, são obrigados a viver diante de tal situação não por vontade própria, mas por ser uma condição imposta pela estrutura sistêmica.

A explicação do conceito de Dilema e Segurança foi apropriada por outros autores para tratarem a respeito de outros objetivos estatais além do alcance de poder. Glaser (2013) traz o conceito de “*oil-driven security dilemma*”, onde a tentativa de um país em expandir seu acesso às reservas de petróleo acabaria afetando o fornecimento de outro país, gerando assim perdas a um segundo ator.

O destaque ao petróleo nas Relações Internacionais se faz cada vez mais relevante, uma vez que esse recurso pode alterar, significativamente, a segurança dos Estados e o equilíbrio de poder. Em seu texto, Glaser (2013) afirma que os Estados agem no sistema internacional em defesa de seu acesso ao petróleo, pois sua capacidade militar e sua prosperidade econômica podem ser fortemente abaladas caso enfrentem dificuldades de acesso a tais recursos. Além disso, Howard (2007) destaca que o petróleo confere maior poder e influência aos Estados que o detém, dada a grande demanda e vitalidade desse recurso para os atores do sistema internacional.

Dando continuidade à discussão a respeito dos fatores motivadores da atuação estatal no sistema internacional, Mearsheimer (2001) menciona 3 elementos que impulsionariam os Estados a agirem, sendo eles: “[...] medo, autoajuda, e maximização de poder.” (MEARSHEIMER, 2001, p. 32, tradução nossa)². Apesar de o medo ser ocasionado pela desconfiança e imprevisibilidade – que sempre estarão presentes no sistema internacional – os Estados enfrentam períodos de maior ou menor tensão.

Segundo Mearsheimer (2001), o nível do medo está diretamente ligado às capacidades dos Estados. Assim, quando um Estado A passa a ter mais poder, ele tende a se sentir menos temeroso em relação a alguns países, enquanto esses tenderão a aumentar sua desconfiança em relação a ele. Já o conceito de autoajuda

² “[...] fear, self-help and power maximization.”

parte do entendimento dos Estados de que eles apenas poderão confiar em suas próprias capacidades, uma vez que não há confiança entre si.

Apesar de, atualmente, alguns estudiosos acreditarem que vivemos em um período onde as probabilidades de conflito e competição por poder são menores, Mearsheimer (2001) afirma que as nações sempre estarão buscando conquistar mais poder. Essa condição apenas será alterada quando um Estado alcançar a posição hegemônica.

Para Mearsheimer (2001), quando um Estado atinge a posição de hegêmon regional, ele deixará de ser revisionista em relação a sua quantidade de poder, e focará na manutenção do status quo, passando a atuar apenas para impedir a ascensão de outras potências hegemônicas.

Autores de outras vertentes teóricas destacam a possível busca pela paz por parte dos Estados, a fim de conviverem no sistema internacional de maneira mais segura. Entretanto, assim como outros teóricos da vertente neorrealista, Mearsheimer (2001) adota uma postura pessimista em relação a cooperação ou a busca pela paz por parte dos Estados. Segundo o autor,

Grandes potências não podem se comprometer pela busca de uma ordem mundial pacífica por duas razões. Primeiro, é improvável que Estados concordem com uma fórmula geral para o fortalecimento da paz [...]. Segundo, grandes potências não podem colocar de lado considerações de poder para trabalhar para promover a paz internacional porque elas não têm certeza de que seus esforços serão bem sucedidos. Se suas tentativas falharem, elas pagarão um alto preço por terem negligenciado o equilíbrio de poder, porque se um agressor aparecer em sua porta, não haverá respostas quando discarem 911. Esse é um risco que poucos Estados estão dispostos a correr. (MEARSHEIMER, 2001, p. 50, tradução nossa)³.

Outro autor que tratou da dificuldade de haver cooperação entre os Estados foi Glaser. Em seu texto, Glaser (2013) explica que países dependentes de determinados recursos serão menos propensos a cooperação, uma vez que as iniciativas de cooperação de segurança global podem ser contrastantes aos interesses de seus eventuais aliados.

³ “Great powers cannot commit themselves to the pursuit of a peaceful world order for two reasons. First, states are unlikely to agree on a general formula for bolstering peace [...] Second, great powers cannot put aside power considerations and work to promote international peace because they cannot be sure that their efforts will succeed. If their attempt fails, they are likely to pay a steep price for having neglected the balance of power, because if an aggressor appears at the door there will be no answer when they dial 911. That is a risk few states are willing to run.”

Partindo da compreensão de que a anarquia e a busca por recursos geram desconfiança e reduzem a probabilidade de cooperação entre os Estados em busca de uma ordem mundial pacífica, podemos notar a forte influência da estrutura do sistema internacional sobre seus atores. Outra influência exercida pelo sistema em seus atores diz respeito ao equilíbrio de poder. Waltz (1979) afirma que o equilíbrio não é uma vontade dos Estados, mas sim uma indução do sistema.

O equilíbrio de poder, como mencionado por Waltz (1979), traria menores chances de conflito entre os países, pois, como destacado por teóricos do Balanço de Poder, “a paz geralmente é preservada quando existe um equilíbrio de poder entre as grandes potências.” (PAUL; WIRTZ; FORTMANN, 2004, p. 5, tradução nossa)⁴. O contrário, isto é, a existência de uma hegemonia, a levaria a impor suas vontades sobre outras nações, gerando, muitas vezes, situações conflituosas e aumentando a desconfiança no sistema.

Como mencionado previamente, os Estados encontram-se em uma constante busca por poder. Entretanto, de acordo com Mearsheimer (2001), uma excessiva concentração de poder seria, para o Estado que a detém, autodestrutivo, pois, ao alterar o equilíbrio de poder, atrairia maior atenção e temor de outros Estados, tornando-se ainda mais vulnerável a tentativas de ataques externos.

Mearsheimer (2001) afirma que os Estados, mesmo moldados pela estrutura do sistema em que se encontram, também agem com racionalidade. Assim, “antes das grandes potências tomarem ações ofensivas, elas pensam cuidadosamente a respeito do balanço de poder e sobre como outros Estados reagiriam aos seus movimentos.” (MEARSHEIMER, 2001, p. 37, tradução nossa)⁵. Além disso, os custos de um eventual confronto serão sempre calculados e, precisamente, ponderados para que não haja prejuízos.

Para as teorias realistas e neorrealistas, a busca por equilíbrio de poder é um comportamento exclusivo dos Estados, uma vez que apenas essas entidades seriam capazes de prevenir a ascensão de uma potência hegemônica. Por essa razão, a teoria realista, bem como suas vertentes, não reconhece a relevância da atuação de atores não estatais, uma vez que esses não afetariam, significativamente, o sistema internacional.

⁴ “[...] peace is generally preserved when an equilibrium of power exists among great powers.”

⁵ “[...] before great powers take offensive actions, they think carefully about the balance of power and about how other states will react to their moves.”

A exemplo dessa afirmação, Paul, Wirtz e Fortmann (2004) explicam que grupos terroristas não representariam uma ameaça existencial ou um desafio para os Estados, a partir da compreensão neorrealista, uma vez que “mesmo as mais sofisticadas e capazes [organizações terroristas] carecem de poder material para constituir um contrapeso a uma potência emergente ou atual.” (LAYNE, 2004, p. 108, tradução nossa)⁶.

Compreendido que o sistema internacional só poderia ser afetado, de fato, pelos Estados, e que esses estão sempre em busca da maximização de seus poderes e capacidades, podemos analisar as movimentações estadunidenses a partir dessa lógica. Assim, como qualquer outro Estado, os Estados Unidos estão em constante busca por poder e visam alcançar a posição de hegêmonia regional a fim de assegurarem sua sobrevivência diante da anarquia do sistema.

Apesar de não terem conquistado a posição de hegemonia global, os Estados Unidos, atualmente, são o que Organski (1958) classifica como o “poder dominante” do sistema. Segundo Organski (1958), no sistema internacional, os países, mesmo relacionando-se de maneira igualitária, são percebidos e diferenciados por suas capacidades e poderes.

Nessa lógica, o sistema é organizado em uma espécie de pirâmide, tendo o “poder dominante” no topo, exercendo influência sobre todo o resto, inclusive sobre a base que, de acordo com Organski (1958), é composta pela grande quantidade de países “fracos” que existem no sistema.

Em sua percepção, Organski (1958) afirma que o “poder dominante” estabelece o status quo internacional a seu favor, com o intuito de assegurar e promover seus próprios interesses a curto e longo prazos. Mas, ainda em posição de “poder dominante” ou até mesmo de hegemonia regional, grandes potências podem declinar rapidamente.

A razão dessa decadência está ligada ao comportamento dos Estados no sistema internacional. Frente a essa afirmação, Howard (2007) menciona o caso estadunidense, que enfrenta possibilidades de perda de significativa influência global dada sua hostilidade para algumas regiões do mundo, gerando incertezas até mesmo em seus aliados.

⁶ “Even the most sophisticated and capable, lack the material power to constitute a counterweight to a rising, or actual hegemon.”

Ainda que a teoria neorrealista não considere a influência dos indivíduos em suas análises, Bacevich (2005) destaca as intenções dos Estados Unidos em remodelarem o mundo de acordo com seus princípios e valores a partir da análise do comportamento de políticos estadunidenses.

Lemke (2002) exemplifica essa remodelagem a partir das determinações estadunidenses nos acordos de Bretton Woods que acabaram por criar uma nova ordem econômica mundial, trazendo assim, diversos benefícios a economia estadunidense e permitindo que atuassem com maior influência sobre os órgãos criados, tal como FMI.

A respeito da difusão ideológica ou projeção de valores, Mearsheimer (2001) explica que esses objetivos secundários são perseguidos pelos Estados como forma de atingirem seu objetivo primário, a maximização de poder. Além disso, Mearsheimer (2001) aponta que, por vezes, a busca pelos objetivos secundários no âmbito internacional pode acabar afetando tanto o equilíbrio de poder quanto os próprios princípios dos Estados. A exemplo, o autor cita o caso estadunidense durante a Guerra Fria:

Às vezes, a busca por objetivos não-securitários conflita com a lógica do balanço de poder [...]. Por exemplo, apesar do comprometimento dos Estados Unidos de propagarem a democracia pelo mundo, ajudaram a derrubar governos democraticamente eleitos e apoiaram diversos regimes autoritários durante a Guerra Fria, quando políticos estadunidenses entenderam que essas ações ajudariam a conter a União Soviética. (MEARSHEIMER, 2001, p. 47, tradução nossa)⁷.

Outro exemplo a ser citado seria o uso das forças militares por parte de grandes potências para assegurarem seu acesso a recursos que por elas são considerados vitais. Betts (2006) afirma que “um número de Estados poderosos, incluindo Estados Unidos, China e França, utilizaram-se de relações diplomáticas e, às vezes, poder militar como meio de garantir a segurança energética.” (BETTS, 2006, p. 4, tradução nossa)⁸.

Apesar das teorias neorrealistas dos estudos de Relações Internacionais focarem suas análises no comportamento das grandes potências, é notável,

⁷ “Sometimes the pursuit of non-security goals conflicts with balance-of-power logic [...] For example, despite the U.S. commitment to spreading democracy across the globe, it helped overthrow democratically elected governments and embraced a number of authoritarian regimes during the Cold War, when American policymakers felt that these actions would help contain the Soviet Union.”

⁸ “[...] a number of powerful states, including the U.S., China, and France, have used diplomatic relations and sometimes even military power as a means to guarantee energy security.”

principalmente, desde o período da Guerra Fria, a crescente participação dos países periféricos no sistema internacional, principalmente a partir da busca de novos aliados por parte das grandes potências.

Mesmo sendo uma “determinação” histórica, a exclusão dos países terceiro-mundistas nas análises teóricas dos estudos de Relações Internacionais traz diversos problemas para essa área. A principal problemática, que aqui será destacada, diz respeito a segurança. Como apresentado ao longo deste capítulo, a segurança é a principal motivação das grandes potências no sistema internacional.

Assim como as grandes potências, países do Terceiro Mundo também atuam no sistema internacional pautados na garantia de sua segurança. Ayoob (1991) cita estudos que tratam “[...] a procura por segurança por parte desses Estados como a maior determinante de seus comportamentos interno e externo.” (AYOOB, 1991, p. 258, tradução nossa)⁹.

Entretanto, por serem países que ainda estão em processo de desenvolvimento, os principais objetivos desses Estados não são apenas e exclusivamente securitários, e acabam não se enquadrando na determinação de “segurança” que é estudada nas Relações Internacionais.

A busca dos países terceiro-mundistas por segurança, no sistema internacional, vai além de questões meramente militares. Esses países têm preocupações que já foram superadas pelas grandes potências, que, atualmente, permitem-se focar, quase que exclusivamente, em ameaças militares. Segundo Ayoob (1991), países do Terceiro Mundo se preocupam também com questões referente a segurança interna e busca por sistema de alimentos, saúde e monetários seguros.

Sobre a definição do conceito de “segurança” nos estudos das Relações Internacionais, tem-se que, por razões históricas, acabou, naturalmente, não englobando os países subdesenvolvidos. A respeito dessa problemática, Ayoob (1991) traz que, a definição do conceito de segurança ocorreu, praticamente, em conjunto com a formação dos Estados Modernos, momento no qual os Estados nas mesmas condições passaram a se relacionar de uma nova maneira.

Além disso, Ayoob (1991) menciona que, em paralelo a esse período de formação dos Estados Modernos, ocorria o processo de maior identificação dos indivíduos com seus respectivos Estados. Essas duas tendências que, ao mesmo

⁹ “[...] the search for security on the part of these states as the major determinant of their external and internal behavior.”

tempo, se fortaleciam, acabaram por influenciar a tradição intelectual. Frente a isso, Ayoob (1991) afirma que “a segurança se tornou sinônimo de proteção dos interesses vitais e dos valores fundamentais de um Estado de ameaças externas.” (AYOOB, 1991, p. 262, tradução nossa)¹⁰.

De acordo com a tradição dos estudos de Relações Internacionais, ameaças à segurança de um Estado surgem, principalmente, do âmbito externo e essas são, quase que exclusivamente, militares, exigindo assim, uma resposta do mesmo nível. Por esses motivos, o conceito tradicional de segurança não é suficiente para os países do Terceiro Mundo, uma vez que, como mencionado anteriormente, esses países têm preocupações securitárias além do âmbito militar, que podem surgir, não somente do âmbito externo, como também interno.

A exposição dessa problemática se fez necessária uma vez que este trabalho se propõe a analisar as relações entre dois Estados distintos, sendo eles Estados Unidos – uma grande potência, sendo assim compreendida pelas análises neorrealistas –, e o Irã – país periférico que foi alvo, durante distintos períodos de sua história, de disputas entre grandes potências, mas que acabou sendo marginalizado nas análises de diversas vertentes teóricas. Além disso, como descrito por Howard (2007), o desafio iraniano para os Estados Unidos não advém de ameaças militares, não se encaixando então na denominação tradicional de ameaça à segurança nacional.

Somando a problemática de falta de análises voltadas a países periféricos nas teorias neorrealistas, ao fato dessas não tratarem a influência dos indivíduos ou do âmbito interno nas tomadas de decisões dos Estados, nos leva a buscar outros estudos que tratam essas temáticas com maior ênfase. Sendo assim, analisarei, no tópico a seguir, estudos no âmbito de Análise de Política Externa.

2. 2 Análise de Política Externa

A fim de caracterizar o que vem a ser “política externa”, Figueira (2011) conceitua como sendo:

A ação empreendida pelos países no plano internacional, não apenas aponta para os objetivos e linhas mestras que o país adotará na sua relação com os demais agentes do sistema internacional, mas também deve compor

¹⁰ “[...] security became synonymous with the protection of a state’s vital interests and core values from external threats.”

estratégias de atuação nas diversas dinâmicas da vida social. (FIGUEIRA, 2011, p. 6-7).

No século XX, apesar das diversas transformações ocorridas, destaque é dado ao fim da Guerra Fria, pois esse acontecimento histórico, assim como eventos subsequentes, provaram a incapacidade de previsão das teorias *mainstream* das Relações Internacionais.

Isso acarretou em questionamentos sobre como prosseguir os estudos para melhor compreendermos a realidade atual e quais tipos de análises deveriam ser utilizadas para a compreensão, de fato, da complexidade do sistema internacional. De acordo com Gerner (1995), desde 1950 há uma grande tentativa por parte de estudiosos de criarem um campo independente para os estudos de política externa que integrassem, de forma coerente, os níveis nacionais e internacionais.

Gaddis (1992), por sua vez, critica o fato das teorias de Relações Internacionais existentes até o fim da Guerra Fria não terem antecipado acontecimentos tão importantes como a desintegração soviética e a guerra no Golfo Pérsico, mas admite que essas foram – e continuam sendo – extremamente úteis na provisão de padrões sistêmicos que auxiliaram na criação de um novo padrão de análises.

Advindos dessa necessidade de expandir os estudos na área de política externa, surgem os estudos de Análise de Política Externa (APE). Como descrito por Hudson e Vore (1995), os estudos de APE deram início a uma nova perspectiva teórica no âmbito das R.I. Seguindo essa lógica, Gerner (1995) destaca que os estudos de Análise de Política Externa focam em compreender as intenções, ações e declarações dos atores e como elas são recebidas no âmbito internacional.

Os estudos de APE passaram a analisar como eram tomadas as decisões de política externa, dando maior ênfase ao âmbito doméstico, além de identificarem os indivíduos como fonte de muitos comportamentos estatais no sistema internacional. Como destacado por Gaddis (1992), a existência de valores em política internacional já demonstrava a existência de atores além das “bolas de bilhar”.

O início dos estudos em APE foi marcado por um importante debate teórico ocorrido entre teóricos tradicionalistas e pluralistas. Figueira (2011) explica que a perspectiva tradicionalista – influenciada pelos ideais realistas – entendia os Estados como atores unitários e racionais, onde as decisões de política externa caberiam apenas ao poder Executivo, eliminando outras interações domésticas. Somam-se às suas análises o entendimento de que a opinião pública e os atores não-estatais

poderiam afetar negativamente a formulação da política externa de um país, uma vez que agem de acordo com suas emoções e carecem de conhecimento técnico, sendo assim dispensáveis para tal processo.

Já os pluralistas – influenciados pelos ideais idealistas –, reconheciam a multiplicidade de atores capazes de influenciarem a política externa de um país, compreendendo também que os Estados não são os únicos atores das relações internacionais, como destacado por Figueira (2011).

Nessa lógica, dentro das “fontes sociais” estão “incluídos os valores, o caráter nacional, a cultura política, as tradições históricas da sociedade, os atributos estruturais (tamanho, nível de industrialização, forma de governo, etc.) e questões políticas particulares.” (GERNER, 1995, p. 21, tradução nossa)¹¹.

Em concordância com as ideias defendidas pelos pluralistas, Putnam (1988) expõe que negociações internacionais podem ser concebidas como um Jogo de Dois Níveis, onde, no nível nacional, alguns grupos buscariam alcançar seus objetivos pressionando seus Estados a adotarem políticas favoráveis a eles.

O nível internacional, por sua vez, é entendido como a esfera onde os governantes buscariam atender as demandas internas e minimizar consequências adversas ao seu desenvolvimento. Assim, como mencionado por Hagan (1995), as escolhas governamentais em termos de política externa podem ser entendidas como resultantes das pressões internas e externas.

Por esse motivo, “a variação no modo como os Estados respondem a mudanças similares no ambiente externo depende das preferências de atores políticos e sociais [...]” (SCHWELLER, 2006, p. 46, tradução nossa)¹², demonstrando assim a forte influência dos indivíduos no processo de tomada de decisão de seus países.

Outro autor que destaca a relevância da estrutura doméstica na formulação de política externa é Kissinger, afirmando que:

A estrutura doméstica não é irrelevante em nenhum período histórico. No mínimo, ela determina a quantidade total de esforço social que será devotado à política externa [...] Além da alocação de recursos, a estrutura doméstica

¹¹ “[...] includes the values, national character, political culture, and historical traditions of a society, its structural attributes (size, level of industrialization, form of government, etc.), and the particular political issue [...]”

¹² “[...] variation in the way states respond to similar changes in their external environment turns on the preferences of relevant political and social actors [...]”

afeta, crucialmente, o modo que as ações de outros Estados são interpretadas. (KISSINGER, 1969, p. 13)¹³.

Apesar de influenciados pelo âmbito interno, os objetivos estatais permanecem os mesmos. Entretanto, os interesses de atores nacionais podem impactar diretamente na busca desses objetivos, como por exemplo, influenciando nas políticas estratégicas de manutenção do equilíbrio sistêmico.

A respeito da busca pela manutenção ou não do balanço de poder no sistema internacional, essa também está intimamente ligada às vontades dos indivíduos nacionais. Como mencionado no tópico anterior, os Estados sempre ponderam a respeito de suas ações, calculando riscos e custos. Os estudos de APE somaram a essas ponderações as vontades nacionais.

Frente a isso, Schweller (2006) afirma que, por vezes, países deixam de adotar políticas estratégicas para a manutenção do equilíbrio sistêmico devido a preferência dos atores internos. Assim, podemos compreender que a formulação da política externa de um país vai além dos cálculos de eventuais riscos e custos e de oportunidades sistêmicas.

A fim de conciliar os âmbitos internos e externos, Putnam (1988) utiliza-se de uma divisão para explicar os processos de negociações em si. Assim, as negociações seriam divididas em 2 níveis:

1. barganha entre negociadores, levando a uma tentativa de acordo: considere como Nível 1.
2. discussões separadas dentro de cada grupo constituinte sobre ratificar o acordo: considere como Nível 2. (PUTNAM, 1988, p. 436, tradução nossa)¹⁴.

Ainda a respeito das negociações, Putnam (1988) vai além de expor a simples ideia de conciliar os dois níveis. Para isso, Putnam (1988) utiliza-se de uma metáfora de um jogo, para explicar que vitórias no nível 2, durante as negociações, tornariam a ratificação de acordos no nível 1 mais prováveis. Assim, ele trata que que “maiores *win-sets* tornariam acordos do Nível 1 mais prováveis.” (PUTNAM, 1988, p. 437, tradução nossa)¹⁵.

¹³ “[...] the domestic structure is not irrelevant in any historical period. At minimum, it determines the amount of the total social effort which can be devoted to foreign policy [...] Aside from the allocation of resources, the domestic structure crucially affects the way the actions of the other states are interpreted”

¹⁴ “1. bargaining between the negotiators, leading to a tentative agreement: call that Level 1; 2. separate discussions within each group of constituents about whether to ratify the agreement: call that Level 2.”

¹⁵ “[...] larger win-sets make Level I agreement more likely [...]”

Putnam (1988) ainda aprofunda sua análise a respeito da relevância do número de vitórias. O primeiro ponto destacado por ele seria que acordos apenas se concretizariam a partir da sobreposição de vitórias e quanto maior o conjunto de vitórias, maior a probabilidade de um acordo. Já o segundo ponto destacado pelo autor trata que a quantidade de conjuntos de vitória está diretamente ligada ao poder de barganha internacional. Assim, uma vitória no nível 1 pode ser encarada como uma vantagem de barganha com negociadores de outros Estados.

Para conquistar vitórias no nível 1, negociadores teriam que estar em concordância com as forças internas. Schweller (2006) explica que, no âmbito interno, as preferências e percepções das elites são extremamente relevantes, sendo elas responsáveis pela pressão interna em cima dos *policymakers*. Esses, por sua vez, teriam que calcular os riscos internos que um acordo do nível 2 poderia ocasionar, além de considerar o quão propensas as elites nacionais estariam em assumir riscos.

Por fim, Schweller (2006) aborda quatro variáveis que explicariam a variação do comportamento estatal através do tempo e espaço frente a ameaças externas, sendo elas: “consenso da elite, coesão da elite, vulnerabilidade do governo ou do regime e coesão social.” (SCHWELLER, 2006, p. 47, tradução nossa)¹⁶.

2. 3 Análise de Política Externa e o Neorrealismo

Podemos notar que teorias de APE se diferenciam, entre muitos aspectos, das teorias realista e neorrealista, mas a principal divergência entre essas áreas de análise vem do entendimento dos fatores motivadores da atuação dos Estados no sistema internacional. Lameiras (2017) explica a valorização por parte das teorias realista e neorrealista do poder estatal, enquanto que Análises de Política Externa analisam também a influência do poder nacional.

Assim, para a APE, a política externa é formulada, não apenas pelo governo – como defendido pelas teorias realistas – mas também pela nação. Apesar das divergências, teóricos da APE, consideram alguns pontos das teorias de Relações Internacionais supracitadas, mas compreende que há muito mais além daquilo que é exposto por essas teorias.

A exemplo disso, Lameiras (2017) traz que autores da área de APE consideram a anarquia do sistema, a busca pelo equilíbrio de equilíbrio de poder, e a ideia de que

¹⁶ “[...] elite consensus, elite cohesion, government or regime vulnerability, and social cohesion.”

os Estados seriam como bolas de bilhar, mas que eles não agem, exclusivamente, através do Executivo, admitindo a influência dos interesses de outros indivíduos.

Assim, “o ponto principal é que Estados incoerentes, sejam eles grandes potências ou pequenas, muitas vezes não conseguem se equilibrar contra ameaças como a teoria prevê, porque eles são constrangidos por considerações políticas domésticas.” (SCHWELLER, 2006, p. 68, tradução nossa)¹⁷.

¹⁷ “The main point is that incoherent states, whether great powers or small ones, often cannot balance against threats as the theory predicts because they are constrained by domestic political considerations.”

3. A REVOLUÇÃO IRANIANA

Dentre diversos motivos, a Revolução Iraniana foi impulsionada devido ao fracasso das modernizações propostas pelo governo do xá Mohammad Reza Pahlavi, pelo sentimento de solidão causado pelo abandono de certas classes sociais pelas políticas da monarquia e pela forte repressão contra a população, que se intensificava a partir do temor do xá de que sua permanência no poder corria riscos.

O país, sob comando do xá Mohammad Reza Pahlavi, encaminhava em direção ao secularismo e, como destacado por Demirci (2013), passava por um processo de “ocidentalização”. A partir da Revolução Branca, o xá Mohammad Reza Pahlavi buscou implementar diversas mudanças no país, como reforma agrária, nacionalização de florestas e dos recursos hídricos, venda de empresas estatais para a iniciativa privada, permissão para que as mulheres votassem, assim como reformas na educação, previdência, saúde e outras. (COSTA, 2017).

Entretanto, como trazido por Costa (2017), essas propostas subvertiam à estrutura tradicional de poder do Irã. A Revolução Branca transformava um Irã feudal em um Irã burguês, tornando-se cada vez mais dependente de financiamentos externos, principalmente dos EUA. (DEMIRCI, 2013). Como destacado por Birman “a dita modernização industrial do regime do xá não passava de uma mal-ajambrada e inconsistente peça de propaganda do governo.” (2015, p. 14).

Os resultados dessa revolução não foram similares aos esperados pelo xá. A implementação dessas mudanças, sem o apoio correto por parte da monarquia, foi seguida pelo aumento da inflação, e o conseqüente aumento do custo de vida no país, além do aumento das desigualdades sociais. Essa situação fez com que a população ficasse cada vez mais insatisfeita. Essas insatisfações, política e econômica, foram traduzidas em manifestações populares em diversas cidades do país, que por sua vez, eram fortemente repreendidas pela polícia nacional, Savak (ALGAR, 2001).

Assim, os resultados da Revolução Branca teriam propiciado condições para uma revolução no Irã, a partir do entendimento de que:

A soma das transformações e desordens sociais e as perturbações resultantes provocaram numerosas divisões e quebras na estrutura social urbana em resultado dos quais, os fundamentos da solidariedade e da coerência sociais foram destruídos e certas manifestações da expansão disso entre a vida urbana vieram à tona. Descumprimento de leis (e na maioria dos casos, a falta de leis apropriadas), assassinato, atos obscenos de corrupção, moral tradicional e religiosa enfraquecidas entre a sociedade são todas manifestações de anomalias [...]. Todas essas características mostram que

havia uma tendência crescente para a mobilização da sociedade urbana no Irã. (DELAVARI, 2001, p. 223-224, tradução nossa)¹⁸.

Essas insatisfações acabaram se juntando com o desagrado frente à crescente violência policial no país. Algar (2001) menciona que os discursos de Jimmy Carter a respeito da defesa dos Direitos Humanos foram interpretados pelos iranianos como uma tática para exigir a defesa desses no país. Entretanto, a visita de Jimmy Carter ao Irã em 1978, provou que o presidente estadunidense estava disposto a tolerar essas violações no país e simbolizou seu total apoio ao regime do xá, pois naquele período, o Irã era um importante aliado contra o expansionismo soviético.

O aumento das insatisfações da população encaminhava para condições propícias para uma revolução, como visto acima. Parsa (1989) explica que a revolução iraniana se diferencia de outras revoluções como a russa, a vietnamita e a chinesa por ter sido iniciada em regiões urbanas, em vez de em zonas rurais. Também se diferencia de revoluções como as de Cuba e da Nicarágua por não contar com ataques violentos em larga escala contra a política nacional. Por sua vez, a Revolução Iraniana “iria impulsionar o poder da palavra falada contra a força das metralhadoras.” (MACKEY, 2008, p. 273).

A Revolução Iraniana foi “a terceira insurreição popular no Irã contra a monarquia absoluta e a intervenção estrangeira” (MACKEY, 2008, p. 267-268), sendo precedida pela Revolução Constitucional e pelo Movimento Nacionalista. Parsa (1989) destaca que o xá, enquanto no poder, enfrentou manifestações de diferentes segmentos da população, que por sua vez, se uniram para fazer frente aos abusos da dinastia Pahlavi.

Como destacado por diversos autores, os primeiros discursos de Khomeini não tinham caráter revolucionário, pois ainda não clamavam pela substituição da monarquia por uma república islâmica ou por qualquer outro modelo de governo. Apesar de se posicionar, abertamente, contra o governo do xá desde 1942, como mencionado por Shadmehr (2017), Khomeini não havia sugerido a derrubada de Pahlavi até 1970. Mackey (2008) traz que essa mudança de postura de Khomeini se

¹⁸ “[...] the sum of social transformations and disorders and the resulting disturbances bring forth numerous divisions and splits in the urban social structure as a result of which, the foundations of social solidarity and coherence were shattered and certain manifestations of the expansion of among in urban life came into sight. Breaking laws (and in most cases, the lack of appropriate laws), murder, corruption obscene acts, weakened traditional and religious morals among some parts of the urban society are all manifestations of anomies [...]. These characteristics all show that there was an increasing tendency for the mobilization of urban society in Iran.”

deu após a morte de Mohammad Reza Saidi, seu confidente, em 1970, em uma prisão da Savak. A partir de então, Khomeini passou a defender a derrubada do xá, bem como a substituição do modelo monárquico.

Khomeini afirmava que a monarquia era um modelo de governo que estava fadado à corrupção e, além disso, destacava a ilegitimidade da administração do xá, que transgredia as leis e os princípios religiosos do Islã (COSTA, 2017). Entretanto, Shadmehr (2017) explica que apenas o discurso sobre a ilegitimidade do governo não era o suficiente para que as massas se organizassem contra a monarquia Pahlavi. A oposição ativa somente foi alcançada quando Khomeini apresentou uma “alternativa islâmica legítima e uma interpretação do Islã que requisitava ação contra a injustiça.” (SHADMEHR, 2017, p. 8, tradução nossa)¹⁹.

Para Khomeini, o modelo de governo ideal seria uma república islâmica “baseada no Alcorão e nas tradições e ideias dos Doze Imãs” (NOMANI, 1986, p. 146 apud DEMIRCI, 2013, p. 41)²⁰, que deveria ser governada por alguém que tivesse profundo conhecimento das leis islâmicas, além de prezar pela justiça, pois o Islã, de acordo com Shadmehr (2017), possui regras para todos os aspectos da vida, sejam eles públicos ou privados. Por isso deveria ser governada por autoridades religiosas. Além disso, o exército também deveria estar pautado pelas leis religiosas para que pudesse ser eficaz.

A respeito de outras críticas feitas por Khomeini em relação ao governo do xá, Costa (2017) menciona a forte dependência para com os financiamentos estadunidenses nas reformas propostas pela Revolução Branca. Mackey (2008) chama atenção para o fato de Khomeini ter criticado também os privilégios concedidos aos estrangeiros após o xá integrar o país ao Acordo de Manutenção das Forças.²¹

Uma das medidas encontrada pelo xá para desestimular as críticas feitas por diversos estudiosos no país, além da violência, foi a censura. Assim, muitos estudiosos foram presos e alguns até extraditados, como foi o caso de Khomeini que após duras críticas à administração Pahlavi em 1963, Khomeini foi extraditado para a Turquia (DEMIRCI, 2013).

¹⁹ “[...] a legitimate Islamic alternative and an interpretation of Islam that required action against injustice [...]”

²⁰ “[...] based on the Quran and the traditions and ideas of the twelve Imams.”

²¹ O Acordo de Força proposto pelos EUA permitia com que os EUA mantivessem seus arsenais militares no Irã e privava cidadãos estadunidenses da aplicabilidade das leis iranianas, dando assim tratamento diferenciado a esses estrangeiros. Esse acordo fazia parte da estratégia estadunidense de estabelecer o Irã como um de seus pilares no Oriente Médio, dada a saída da Grã Bretanha da região.

Além disso, a fim de preservar sua posição de governança, o xá Mohammad Reza Pahlavi investiu fortemente no âmbito militar. O monarca utilizou de toda a estrutura militar para se manter no poder. Segundo Demirci (2013), os investimentos militares eram extremamente altos e por isso, em 1977, o Irã detinha uma das mais poderosas forças militares do mundo. Esse fortalecimento das forças militares veio em detrimento de investimentos para a população que cada vez mais sofria com os problemas econômicos do país (COSTA, 2017).

No Iraque, na cidade de Najaf – centro teológico do islamismo xiita –, Khomeini começou a se comunicar com o povo iraniano. Mackey (2008) comenta que Khomeini contou com uma rede de comunicação formada por estudiosos que mimeografavam seus pronunciamentos e os distribuíam em mesquitas, centros comerciais, bairros e em santuários do país. Posteriormente, seus pronunciamentos passaram a ser transmitidos por gravadores.

Como destacado por Mackey (2008) o exílio proporcionou uma assimilação vantajosa à Khomeini. A autora destaca que, apesar de sua ausência física no Irã, Khomeini conseguia se fazer presente através de seus pronunciamentos, levando a população a assimilá-lo ao Imã Oculto.²² Por volta de 1967, Khomeini já tinha conquistado diversos admiradores no Irã.

Os acontecimentos que levaram à Revolução Iraniana, como explicado por Costa (2017), podem ser divididos em etapas, sendo elas: a primeira etapa que durou de fevereiro a outubro 1977, foi caracterizada, inicialmente, por uma diminuição na repressão militar, visto que o xá havia concordado com que a Cruz Vermelha visitasse o país, além das audiências perante à Anistia Internacional e a Comissão Internacional Jurista. Além disso, o período foi marcado pelo aumento das manifestações contrárias à censura – ato impulsionado após a represália feita contra o ensaísta Javadi, que criticara as condições do país –, pela divulgação de uma carta pelos membros da Frente Nacional, que expunha o despotismo do xá e pelo assassinato de Shariati, que foi atribuído à Savak.

Ali Shariati foi um dos maiores intelectuais e influenciadores da Revolução Iraniana apesar de ter falecido antes de sua mobilização. Como destacado por Algar (2001), Shariati foi o primeiro a apresentar o Islã como uma ideologia e não como um

²² A vertente do Islã, o xiismo, prega que o 12º Imã, Al-Mahdi, não faleceu, mas que está oculto e um dia regressará para restaurar a verdade e a justiça no mundo. Por esse motivo recebe a denominação de 'Imã Oculto'.

mero caminho para a purificação moral. Demirci (2013) menciona que Shariati defendia que as pessoas deveriam retomar suas raízes religiosas para poderem fazer frente ao imperialismo e que deveria ser construída uma sociedade sem classes.

Além disso, Shariati expunha temas com os quais o Irã deveria se preocupar, sendo eles: “o imperialismo, sionismo internacional, colonialismo, exploração, opressão, desigualdade social, cartéis, corporações multinacionais e racismo.” (DEMIRCI, 2013, p. 42, tradução nossa)²³.

A segunda etapa, como descrita por Costa (2017), ocorreu durante novembro e dezembro de 1977 e foi marcada pela forte atuação dos clérigos. Nesse período, Khomeini passou a clamar por formação de *komitehs* que seriam responsáveis pelo direcionamento dos fiéis contra o governo do xá. Dois eventos se destacaram nesse período, sendo eles as manifestações contrárias à visita do xá aos Estados Unidos – que acabaram fazendo com que o xá intensificasse a censura e a opressão no Irã – e a morte do filho de Khomeini, dando ainda mais popularidade à luta de Khomeini devido ao possível envolvimento da Savak na morte.

Ocorrida entre os meses de janeiro e junho de 1978, a terceira etapa foi fortemente marcada pela ampliação das manifestações populares no Irã e pela repressão. Frente à situação caótica no país, o xá Mohammad Reza tentou adotar uma postura mais conciliatória. Entretanto, as medidas econômicas que haviam sido adotadas pelo primeiro-ministro, Amouzgar, levaram a uma piora da situação econômica do país, fazendo com que ainda mais pessoas se insatisfezessem com a administração do xá.

Durante a terceira etapa ocorreu também um debate entre os aiatolás Shariati e Khomeini, que divergiam sobre o caminho a ser seguido pelo Irã. Enquanto Shariati defendia apenas a volta do governo constitucional, independente da permanência, ou não, do xá no poder, Khomeini pedia pela sua derrubada. Mackey (2008) menciona que a execução de um seguidor de Shariati pela Savak fez com que este se voltasse contra o xá e se juntasse ao movimento de oposição, levando consigo diversos outros religiosos moderados que antes mantinham-se afastados da política.

Os altos índices de desemprego, a corrupção, o aumento das desigualdades sociais e a perda de benefícios salariais ocasionados, principalmente, pelas mudanças realizadas por Amouzgar levaram ao início da quarta etapa (COSTA,

²³ “[...] imperialism, international Zionism, colonialism, exploitation, oppression, class inequality, cartels, multinational corporations, and racism.”

2017). Essa etapa que durou de julho a setembro de 1978 encaminhava, de fato, o povo iraniano à revolução, dada a disjunção do povo com o exército. Birman (2017) explica que essa disjunção veio a partir do entendimento de uma tradição persa, de que o exército não pode atentar contra seu próprio povo e caso o faça, não seria então um exército iraniano de fato. Assim, devido à forte repressão militar no Irã, os iranianos passaram a ver o exército como algo alheio.

As mesquitas cumpriram papel fundamental para uma maior aproximação a Khomeini pois, através de seus sermões, estimulavam a derrubada do xá e algumas transmitiam sermões do próprio aiatolá. Outro fator que teria influenciado na aproximação do povo a Khomeini era o seu carisma e simplicidade, como destacado por diversos autores, como Mackey, Demirci e Costa. Tais características faziam frente aos luxos e gastos da monarquia.

Outros acontecimentos que marcaram essa fase e aumentaram a repulsa pelo xá, foram o incêndio a um cinema da cidade de Abadam, ocorrido em agosto de 1978, que vitimizou cerca de 377 pessoas e teria sido orquestrado pela Savak. Ainda, a repressão às manifestações ocorridas que acabaram matando mais de 4.000 pessoas (BIRMAN, 2015). Os massacres realizados pela Savak nesse dia ficaram marcados na história iraniana como “Sexta-feira Negra”. Foi a partir desses massacres que houve a disjunção do povo iraniano para com seu exército.

Anteriormente a esses eventos, Mohammad Reza havia adotado algumas medidas conciliatórias, como o fechamento dos cassinos e casas de aposta, a abolição do calendário imperial, liberdade de expressão aos ulemás (MACKEY, 2008), para acalmar seu povo. Essas medidas tiveram efeitos positivos, como mencionado por Costa (2017). Entretanto, para não perder o fervor religioso da revolução, Khomeini voltou a clamar pela necessidade da derrubada da monarquia.

Seu clamor foi atendido pela população, que no dia seguinte foi às ruas pedindo pela saída do xá, mas acabou sendo massacrada. Além disso, em resposta às mobilizações, Mohammad Reza decretou lei marcial no país, seguida por um toque de recolher, causando ainda mais indignação na população (COSTA, 2017). Soma-se a isso, o fato de o xá ter pressionado o governo iraquiano para que expulsasse Khomeini de seu país, levando-o a se mudar para Paris (MACKEY, 2008).

Sua estada na França o possibilitou melhores condições de comunicação – tanto pelo acesso à tecnologia, quanto pela liberdade de expressão – com os ulemás no Irã, além do acesso à imprensa internacional. Costa (2017) destaca que a mudança

de Khomeini para Paris caracteriza-se como um dos acontecimentos da quinta etapa da revolução. Essa compreende os meses de setembro, outubro e novembro de 1978. Esse período, como destacado por Costa (2017), foi marcado por greves em diversos setores da economia, como nas empresas petrolíferas, nas agências bancárias, nos serviços postais e outros que também reivindicavam o fim da lei marcial no país, bem como o fim da Savak e a volta de Khomeini.

Mackey destaca também a fuga de capital do país, onde “iranianos ricos fugiram para o Ocidente carregando bilhões de dólares vitais para a economia iraniana” (2008, p. 277), pois estavam descrentes da viabilidade do governo do xá. Outro fator relevante foi a perda de homens no exército. Após os massacres da Sexta-feira Negra, “o exército recuou dessa posição sanguinária” (BIRMAN, 2015, p. 13) e Mackey (2008) menciona que muitos começaram a abandonar a profissão, levando o xá ao desespero.

O desespero do xá o levou a adotar medidas conciliatórias, mas que não mais surtiam efeito para a população. Após a tentativa de implantar uma monarquia constitucional no país, através de uma proposta à Khomeini, e as persistentes manifestações do povo iraniano, o xá instalou um governo militar no Irã com o intuito de dar um fim à violência no país e para assegurar sua posição de liderança (COSTA, 2017).

Assim inaugurou-se a sexta etapa, que estaria compreendida entre novembro de 1978 e janeiro de 1979. A fim de reconquistar o apoio popular, o xá criou uma comissão responsável por investigar a Fundação Pahlavi, além de encerrar contratos de compra de armamentos e atender algumas das demandas das classes trabalhadoras (COSTA, 2017). Entretanto, a violência militar ainda se fazia presente e Khomeini continuava tecendo críticas à administração. Uma das críticas mais duras contra a monarquia afirmava que “o martírio seria preferível à aceitação do atual regime, também estabelecia que quem viesse a cooperar com o xá seria considerado um traidor do Islã.” (COSTA, 2017, p. 145).

Mesmo com todas as paralisações e manifestações, Mohammad Reza Pahlavi se recusava a abandonar seu cargo. Foi frente a essas condições que Khomeini estabeleceu o Conselho da Revolução Islâmica, responsável por analisar possibilidades para o estabelecimento de um governo de transição entre a monarquia e a república islâmica. Como trazido por Costa (2017), nesse período Khomeini

permitiu negociações com militares para evitar assim um golpe militar contra ele. Além disso, alguns militares já extraviavam armamentos para os *komitehs*.

Em uma última tentativa de se reconciliar com a classe média, o xá nominou Shahpour Bakhtiar – membro da Frente Nacional, um partido de esquerda do país – como o novo primeiro-ministro do país. Essa tentativa foi frustrada e o xá não mais conseguia recuperar o apoio de seu povo (MARTIN, 2000). Pouco tempo depois, Bakhtiar sugeriu ao xá que deixasse o país. Assim, Mohammad Reza Pahlvi foi para os EUA para tratar um câncer, o que acabou dando maior margem de atuação à revolução. Assim, a Revolução Iraniana entrou em sua última fase.

Menos de um mês após a saída do xá do país, Khomeini voltou para o Irã, em 1 fevereiro de 1979. Mackey (2008) destaca que Khomeini voltou ao país para completar a revolução, reordenando a hierarquia social e repudiando a presença estrangeira no Irã. Com o país ainda sob o comando de Bakhtiar, Khomeini nomeou um governo provisório liderado por Bazargan como primeiro-ministro. Como mencionado por Martin (2000), o enfraquecimento militar da monarquia permitiu com que Khomeini iniciasse um processo de apreensão daqueles que eram tidos como traidores do Irã por terem atuado juntamente com um governo ilegítimo que era a monarquia.

Dessa forma, o processo para a implantação de uma república islâmica se iniciou no Irã. Costa (2017) traz que após os aprisionamentos, julgamentos e condenações à morte, a próxima etapa era a elaboração de uma Constituição pautada na *sharia*. O autor menciona também os debates que emergiram na década de 1980 a respeito do modelo de governo a ser seguido, tendo uns defendido “o modelo constitucional, mas sem o ‘poder absoluto’ nas mãos do Supremo Jurisconsulto [...] e os demais, que seguiam a teoria do imanato.” (COSTA, 2017, p. 155). A partir de 1989, ficou estabelecido que o Supremo Líder teria poder absoluto no país.

A implantação da República Islâmica levou à desestruturação de todo o aparato estatal vigente até então. Além disso, Costa (2017) explica que, esse período, foi acompanhado também por uma “guerra fundamentalista” que “comportaria a política anti-Occidente, o financiamento a organizações islâmica em outros países e a islamização do país desde o aspecto da vestimenta até na implementação de novas políticas educacionais.” (COSTA, 2017, p. 153).

A partir disso, dentre muitas mudanças anunciadas na nova Constituição Iraniana, destaque é dado à estatização de empresas dos mais variados setores da

economia, como bancos, serviços postais e telefônicos, aviação, geração de energia, minerais e outros. Além disso, a Constituição trouxe também novas condutas para as relações exteriores.

Sobre as mudanças na condução da política externa, destacam-se os artigos 152 que estabelece que:

A política externa da República Islâmica do Irã é baseada na rejeição de todas as formas de dominação, tanto em seu exercício quanto em sua submissão, a preservação da independência do país em todos os aspectos e de sua integridade territorial, a defesa dos direitos de todos os muçulmanos, não-alinhamento com super potências hegemônicas e a manutenção de relações mutuamente pacíficas com todos os Estados não beligerantes. (IRÃ, 1979, s.p., tradução nossa)²⁴.

E o artigo 153, que proíbe “qualquer forma de acordo que resulte em controle estrangeiro sobre os recursos naturais, economia, exército ou cultura do país, bem como outros aspectos da vida nacional.” (IRÃ, 1979, s.p., tradução nossa)²⁵.

²⁴ “The foreign policy of the Islamic Republic of Iran is based upon the rejection of all forms of domination, both the exertion of it and submission to it, the preservation of the independence of the country in all respects and its territorial integrity, the defense of the rights of all Muslims, non-alignment with respect to the hegemonic superpowers, and the maintenance of mutually peaceful relations with all non-belligerent states.”

²⁵ “Any form of agreement resulting in foreign control over the natural resources, economy, army, or culture of the country, as well as other aspects of the national life [...]”

4. A POLÍTICA EXTERNA ESTADUNIDENSE

A política externa estadunidense vem sendo construída ao longo dos anos e passando por reformulações a partir de seus interesses e do reflexo do contexto internacional. Pecequilo (2011) destaca que desde o início do período republicano nos EUA, os estadunidenses se interpretam como responsáveis pela difusão da democracia e da liberdade pelo mundo. Segundo a autora, a necessidade em justificar suas ações no âmbito internacional vem da sua especificidade frente aos outros países, por ter sido a “nação escolhida” para difundir os valores republicanos pelo mundo.

Pecequilo destaca diretrizes principais da atuação estadunidense que remontam a períodos históricos de sua formação, sendo eles:

A preservação da liderança e estabilidade mundial por meio de uma posição de proeminência, impedindo a emergência de hegemonias regionais e promovendo a expansão dos valores da democracia e do livre mercado com posturas que cultivam elementos liberais e realistas de política externa. (2011, p. 22).

Apesar dessa continuidade em alguns dos valores estadunidenses em sua política externa, Fuser (2005) traz que os interesses nacionais estadunidenses são maleáveis, sendo alterados a partir do contexto interno e definido, quase que exclusivamente, pelos interesses políticos e econômicos frente às diferentes regiões do mundo.

Naji e Jawan (2011) trazem que a política externa dos países é formulada através de “códigos geopolíticos”. Esses códigos geopolíticos definem os objetivos a serem perseguidos pelo país no âmbito internacional e que apesar de variarem em algum grau a cada administração, tendem a não sofrer mudanças significativas.

Um exemplo a ser citado é a política estadunidense para o Oriente Médio. Apesar de a forma com que os objetivos são perseguidos possa variar, os interesses permanecem praticamente os mesmos ao longo das administrações presidenciais.

De acordo com Tillmann, os interesses dos EUA no Oriente Médio são pautados, basicamente, em quatro pontos principais:

[...] acesso garantido, em termos razoáveis, a preços toleráveis, ao petróleo da região, especialmente da Península Arábica; a sobrevivência e segurança do Estado de Israel; a prevenção de confrontos e o avanço da cooperação com a União Soviética; e o cumprimento, na medida do possível, de certos princípios, incluindo a solução pacífica de controvérsias internacionais, a

inadmissibilidade da aquisição de territórios pela força e o direito dos povos à autodeterminação. (1982, p. 50-51, tradução nossa)²⁶.

Para alcançar esses objetivos, os EUA têm utilizado tanto recursos políticos quanto militares, pois, como destacado por Fuser (2005), a garantia de acesso ao petróleo do Oriente Médio é encarada como um interesse nacional dos Estados Unidos. Baxter e Akbarzadeh (2008) mencionam que a aplicação dessas políticas exerce um grande impacto nas relações domésticas dos países do Oriente Médio e que essa interferência na região acabou alimentando um sentimento de “anti-americanismo”.

Chomsky menciona que a “maior ameaça aos interesses dos EUA são os regimes nacionalistas” (1991, p. 17, tradução nossa)²⁷, pois suas iniciativas poderiam interferir no acesso aos recursos energéticos. Por esse motivo, os EUA foram levados a defender regimes autoritários que estavam dispostos a permanecerem ao seu lado durante a lógica da Guerra Fria.

A importância dos recursos energéticos do Oriente Médio já era reconhecida pela administração de Dwight Eisenhower, em 1953, quando, de acordo com Chomsky (1991), o presidente estadunidense teria declarado a região como a mais estratégica do mundo. Isso se deu após a percepção estadunidense da vitalidade do petróleo para sua economia. Segundo Fuser (2005), a II Guerra Mundial mostrou aos Estados Unidos sua forte dependência para com o petróleo, levando-o a se projetar cada vez mais no Oriente Médio.

Pecequillo (2011) também destaca que as Guerras Mundiais, bem como o fim da Guerra Fria, tiveram grande impacto na percepção estadunidense do mundo. Após a emergência das duas grandes guerras, os EUA passaram a entender uma correlação entre a estabilidade do sistema internacional e sua segurança nacional, onde a prosperidade do país estaria comprometida pela hostilidade do cenário externo. Assim, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria levaram os EUA a se posicionarem mais ativamente no âmbito internacional, abandonando sua postura mais isolacionista de neutralidade e distanciamento, que costumavam adotar anteriormente.

²⁶ “[...] reliable access, on reasonable terms, at tolerable prices, to the oil of the region, especially the Arabian Peninsula; the survival and security of the state of Israel; the avoidance of confrontation and advancement of cooperation with the Soviet Union; and the fulfillment, so far as possible, of certain principles, including the peaceful settlement of international disputes, the inadmissibility of the acquisition of territory by force, and the right of peoples to self-determination.”

²⁷ “[...] major threat to U.S. interests is nationalistic regimes [...]”

Dito isso, esse capítulo se propõe a analisar, com maior ênfase, a política externa dos governos de Jimmy Carter (1977-1981), Ronald Reagan (1981-1989), George H. W. Bush (1989-1993), Bill Clinton (1993-2001) e George W. Bush (2001-2009), voltadas principalmente para o Irã, apesar de abordar outras questões ocorridas no Oriente Médio de modo subsidiário para compreender as linhas norteadoras dessas administrações.

4. 1 A política externa de Jimmy Carter

Os anos de 1970 foram marcados, nos Estados Unidos, pela necessidade de mudanças. Após escândalos como o de Watergate, o enfraquecimento do dólar, o fracasso estadunidense no Vietnã, o crescimento do poderio militar da União Soviética, a emergência de novos países independentes no Terceiro Mundo e a ascensão da OPEP, a imagem dos Estados Unidos – interna e externamente – havia enfraquecido. Como mencionado por Schmitz e Walker (2004), diversos membros do Congresso estadunidense passaram a promover mudanças na política estadunidense, ansiando a volta dos princípios históricos na condução da política externa.

A urgência por mudanças e a inclinação de Jimmy Carter à defesa dos Direitos Humanos o auxiliaram nas eleições de 1976. Carter utilizou-se da inclusão dos Direitos Humanos em sua nova forma de governar “não somente por suas intensas convicções morais, mas também pela crença de que esse tipo de apelo iria reforçar suas fortunas políticas e ganhar apoio para suas reformas na política externa.” (SKIDMORE, 1996, p. 30, tradução nossa)²⁸.

As políticas de Jimmy Carter estariam voltadas a resolver o “crescente desequilíbrio entre recursos cada vez menores e compromissos estáticos.” (SKIDMORE, 1996, p. 31, tradução nossa)²⁹. Assim, sua administração se comprometeu a reduzir compromissos ou encontrar alternativas menos arriscadas e custosas. Seguindo essa lógica, durante seu governo, os EUA buscaram estabelecer relações mais pacíficas com países como Cuba, Vietnã, China e Angola.

Após assumir o poder, a administração de Carter pretendia adotar uma nova estratégia a fim de recuperar o país de seu declínio hegemônico, numa tentativa de

²⁸ “[...] not only by his own intense moral convictions but also by the belief that these sorts of appeals would bolster his own political fortunes and win support for his foreign policy reform.”

²⁹ “[...] the growing imbalance between dwindling resources and static commitments.”

fugir da lógica de políticas voltadas, exclusivamente, à Guerra Fria. Entretanto, tal intenção foi frustrada tanto por condições internas – má administração, divisão entre seus conselheiros, ataques contra seus ideais idealistas e declínio da aprovação pública – como por condições externas – invasão russa ao Afeganistão e Revolução Iraniana. Assim, “a administração abandonou as inclinações iniciais de Carter voltadas a um reformismo liberal em favor da tradicional estratégia de contenção da Guerra Fria.” (SKIDMORE, 1996, p. 27, tradução nossa).³⁰

Apesar de estudiosos ainda discutirem a respeito do início das mudanças na política de Carter, é notório, já em seu discurso datado em 23 de janeiro de 1980, uma maior inclinação a defesa da estabilidade internacional – que como entendida pelos EUA, está diretamente ligada a garantia de sua estabilidade interna –, dando indícios de os EUA atuarem no cenário internacional para preservar a estabilidade do mundo.

Esses últimos meses não têm sido fáceis para nenhum de nós. Enquanto nos encontramos esta noite, nunca esteve tão claro que a estabilidade da nossa nação depende da estabilidade do mundo. E esta noite, como em toda a nossa geração, a liberdade e a paz no mundo dependem da nossa nação. (CARTER, 1980, s.p., tradução nossa).³¹

Além da importância dada à estabilidade mundial, se fez notório, como pôde ser observado nesse trecho do discurso de Carter, um importante traço da tradição da política externa estadunidense. Esse traço seria a crença de que os Estados Unidos são os responsáveis pela garantia da paz no mundo a partir da difusão de seus modelos de democracia e liberdade.

Nesse mesmo discurso, Jimmy Carter anunciou diretrizes de sua política externa que ficaram conhecidas por “Doutrina Carter”. Por sua vez, essa doutrina reconhecia a região do Golfo Pérsico como vital aos interesses estadunidenses – dada a grande dependência energética de países ocidentais para com o petróleo do Oriente Médio. A partir disso, buscava “restaurar plenamente a influência política norte-americana no Golfo; garantir a cooperação dos governos da região com os EUA; conter a propagação da Revolução Iraniana e aproximar os países árabes de Israel.” (FUSER, 2005, p. 169).

Dessa forma, Carter afirmou que:

³⁰ “[...] the administration abandoned Carter’s initial inclinations toward liberal reformism in favor of a traditional Cold War containment strategy.”

³¹ “This last few month has not been an easy time for any of us. As we meet tonight, it has never been more clear that the state of our Union depends on the state of the world. And tonight, as throughout our own generation, freedom and peace in the world depend on the state of our Union.”

Uma tentativa de qualquer força externa para ganhar controle da região do Golfo Pérsico será considerada como um ataque aos interesses vitais dos Estados Unidos da América, e tal ataque será repellido por todos os meios necessários, incluindo força militar [...]. Enfrentar esse desafio exigirá vontade nacional, sabedoria diplomática e política, sacrifício econômico, e, é claro, capacidade militar. Devemos invocar o que há de melhor em nós para preservar a segurança dessa região crucial. (CARTER, 1980, s.p., tradução nossa).³²

Os objetivos da Doutrina Carter eram os de contenção do avanço soviético, ao mesmo tempo que tentava se fortalecer na região do Golfo Pérsico e no restante do Oriente Médio. Como mencionado por Schmitz e Walker (2004), Jimmy Carter estaria determinado a tornar os Direitos Humanos um ponto central de sua política externa ao mesmo tempo que protegeria os interesses vitais do país, o que acabou levando sua administração a adotar uma postura mais pragmática, relevando determinadas violações aos Direitos Humanos a fim de preservar alguns de seus aliados.

Michaels (2011) explica que, por vezes, doutrinas não visam criar novas políticas, mas reafirmar a importância de políticas que já haviam sido aplicadas anteriormente, como foi o caso da Doutrina Carter. A doutrina de Jimmy Carter não apresentou novos pontos à política externa estadunidense, uma vez que o Golfo Pérsico já havia sido considerado como vital aos interesses estadunidenses anteriormente, assim como a defesa da região frente ao avanço soviético.

Porém, Fuser (2005) menciona que, apesar de não trazer novos interesses, a Doutrina Carter representou uma mudança significativa na política estadunidense para o Oriente Médio que vigorava desde 1945. Essa mudança se deu pelo fato de os EUA passarem a defender seu acesso ao petróleo da região por meios militares, algo que não era feito até 1979.

Apesar de não ser inovadora em conceitos, apenas em atuações, as condições em que tais políticas foram aplicadas eram diferentes. Alguns membros da administração de Carter acreditavam que a maior ameaça contra os interesses estadunidenses no Oriente Médio não vinha mais da URSS em si, mas sim das “guerras entre as potências regionais, incursões transfronteiriças, subversão interna,

³² “An attempt by any outside force to gain control of the Persian Gulf region will be regarded as an assault on the vital interests of the United States of America, and such an assault will be repelled by any means necessary, including military force [...] Meeting this challenge will take national will, diplomatic and political wisdom, economic sacrifice, and, of course, military capability. We must call on the best that is in us to preserve the security of this crucial region.”

colapso de regimes aliados, embargos petrolíferos e assim por diante.” (MICHAELS, 2001, p. 489, tradução nossa)³³.

Entretanto, essa crença não era compartilhada por toda a administração. Alguns membros ainda acreditavam que a URSS era a maior ameaça aos interesses estadunidenses na região. Porém, a URSS não era encarada da mesma forma pelos aliados estadunidenses da OTAN, que por sua vez não a reconheciam como uma ameaça imediata à região do Golfo Pérsico, visto que entendiam que a URSS não tinha intenção de se aproveitar da instabilidade iraniana – que no período, transitava de uma monarquia para uma república islâmica, condenando tanto ao capitalismo quanto ao comunismo – para expandir sua presença na região (FUSER, 2005).

Além disso, Fuser (2005) menciona que a atuação soviética no Afeganistão também não tinha caráter, exclusivamente, expansionista, apenas buscava fazer frente à influência estadunidense no país. Especialistas estadunidenses que compartilhavam a ideia de que a União Soviética não era a maior ameaça da região, contestavam o plano de Carter de enfrentá-la diretamente no Oriente Médio, ainda temendo um enfrentamento militar após a derrota no Vietnã.

Entretanto, apesar das divergências, um pronunciamento por parte de Carter se fazia cada vez mais urgente. De acordo com Michaels (2001), a credibilidade diplomática de Jimmy Carter era amplamente questionada interna e externamente. Um pronunciamento o “permitiria dissuadir os soviéticos e tranquilizar seus aliados.” (MICHAELS, 2001, p. 483, tradução nossa)³⁴.

A Doutrina Carter contou com pouco apoio interno e externo. Michaels (2001) destaca que os aliados estadunidenses – com exceção da Grã-Bretanha – não se mostraram favoráveis ao envio de tropas para o Oriente Médio. Já no âmbito interno, o Departamento de Estado mostrava-se temeroso, uma vez que acreditavam que uma presença maior dos EUA na região poderia ser vista como provocativa, enquanto o Departamento de Defesa reclamava da falta de recursos.

A ênfase dada a possível ameaça soviética adiou a tratativa de outras questões no Oriente Médio. Michaels (2001) explica que enquanto a “reação para a Revolução Iraniana era devagar, reação para a invasão soviética era rápida” (MICHAELS, 2001,

³³ “[...] wars between regional states, trans-border incursions, internal subversion, collapse of friendly regimes, oil embargos and so forth.”

³⁴ “[...] Carter would be able to dissuade the Soviets and reassure allies.”

p. 487, tradução nossa)³⁵ porque, de certa forma, os Estados Unidos já estavam acostumados e preparados para lidar com a URSS, devido às suas políticas de contenção durante o período de Guerra Fria.

Entretanto, apesar da demora em lidar com as mudanças da Revolução Iraniana, quando 52 estadunidenses foram feitos reféns na embaixada dos Estados Unidos em Teerã – no que ficou conhecida como a Crise dos Reféns – Carter tomou decisões mais rígidas. Com o intuito de libertar seus cidadãos, Carter, de início, optou por meios mais pacíficos. Como destacado por Houghton (2004), o então presidente estadunidense barrou as importações de petróleo iraniano, rompeu relações diplomáticas com o novo governo do Irã, solicitou intervenção por parte da ONU e enviou intermediários para Teerã.

Sem sucesso, o *National Security Council* começou a discutir “opções militares, como a apreensão de campos de petróleo, bombardeio retaliatório, mineração de portos, bloqueio total, operações secretas e uma tentativa de resgate.” (EUA, 1978-1980, p. 128, tradução nossa)³⁶. Carter por sua vez, autorizou uma missão militar de resgate, apesar de seu Secretário de Estado, Cyrus Vance, ter se posicionado contrário a tal atitude. Vance acreditava que as negociações deveriam continuar e que uma intervenção militar poderia ser ainda mais prejudicial para a relação entre os países.

Houghton (2004) explica que, apesar das tentativas iniciais de negociação por parte dos EUA, iranianos ainda se mostravam relutantes em confiar novamente na potência norte-americana, uma vez que temiam a repetição do que acontecera em 1953 – um golpe organizado e comandado pela CIA no Irã, que depôs o então primeiro ministro iraniano, Mohammed Mossadegh, por conta de sua inclinação política à esquerda radical e que foi compreendido como uma clara violação da soberania iraniana, uma vez que os EUA haviam interferido diretamente em assuntos internos iranianos. Nessa lógica, uma das possíveis explicações para a Crise dos Reféns pauta-se na ideia de que “os estudantes basearam suas ações no desejo de bloquear uma suposta contrarrevolução patrocinada pelos Estados Unidos e destruir o regime moderado.” (HOUGHTON, 2004, p. 57, tradução nossa)³⁷.

³⁵ “[...] reaction to the Iranian Revolution was slow, reaction to the Soviet invasion was rapid.”

³⁶ “[...] military options such as the seizure of Iranian oil fields, retaliatory bombing, mining of harbors, total blockade, various covert operations, and a rescue attempt.”

³⁷ “[...] students based their actions on a desire to block an alleged American-sponsored counter-revolution and to destroy the moderate regime.”

Após a Revolução Iraniana, fontes de inteligência estadunidenses no Irã tinham desaparecido. Assim, faltavam bases e outros recursos militares na região para que o resgate dos reféns fosse bem sucedido. Apesar das condições, em abril de 1980, um plano de resgate foi elaborado. Denominado como *Eagle Claw*, o plano contava com 118 tropas que seriam transportadas de Omã ao Irã por, no mínimo, 6 helicópteros e seriam recebidas por agentes previamente implantados no Irã. Entretanto, uma tempestade de areia e problemas técnicos em alguns dos helicópteros impossibilitaram a conclusão da missão (RUSSELL, 1978-1980).

O que para o Irã foi visto como um sinal de intervenção divina a seu favor, para Carter, o fracasso da missão acabou deteriorando ainda mais sua imagem. Assim, como trazido por Houghton (2004), “para muitos da mídia americana e internacional, a missão fracassada foi emblemática na administração Carter como um todo, fornecendo mais uma evidência da incompetência da política externa.” (HOUGHTON, 2004, p. 4, tradução nossa)³⁸.

Como mencionado no início deste subcapítulo, o planejamento da política externa de Carter sofreu significativas alterações ao longo de seu mandato presidencial. De início, Carter visava uma abordagem mais pacífica e idealista para suas políticas, prezando pela defesa dos Direitos Humanos. Entretanto, como destacado por Fuser,

[...] com a crise dos reféns, em novembro de 1979, e a invasão do Afeganistão pelos soviéticos, sete semanas depois, Carter abandonou o comportamento oscilante da primeira metade do seu mandato e optou de modo inequívoco por uma conduta agressiva na Ásia Central, tal como propunham os direitistas dentro e fora de sua administração. (FUSER, 2005, p. 182).

Após declarada a Doutrina Carter, Jimmy Carter planejava a implementação de um exército terrestre no Oriente Médio para a preservação de seus interesses na região. Além disso, apesar do discurso inicial de defesa dos Direitos Humanos, Carter, ciente das violações a esses direitos que ocorriam no Irã, optou por negligenciá-las, pois o Irã pré-revolucionário ainda fazia parte da estratégia de “dois pilares” da política externa estadunidense no Oriente Médio (FUSER, 2005). Essa postura se confirmou durante sua visita ao Irã em 1977, onde elogiou o governo do Xá Mohammad Reza Pahlavi.

³⁸ “For many in the American and international media, the failed mission was emblematic of the Carter administration as a whole, providing yet further evidence of the foreign policy incompetence [...]”

Outro acontecimento de grande destaque durante a presidência de Carter foi a ocorrência do segundo choque do petróleo. Como trazido por Painter (2014), no primeiro choque, ocorrido em 1973, o Irã optou por não se juntar ao embargo que visava atingir países como EUA, África do Sul, Rodésia, Holanda e Portugal por suas políticas favoráveis a Israel durante a guerra árabe-israelense. Ao contrário dos países importadores, o Irã, como país exportador de petróleo, beneficiou-se com a alta nos preços, investindo fortemente em armamentos vindos, principalmente, dos EUA. Dessa forma o Irã fortaleceu-se militarmente, permitindo que substituísse a Grã-Bretanha como guardião dos interesses estadunidenses no Golfo Pérsico.

A Revolução Iraniana, antes mesmo de se concretizar, causou impactos nos mais diversos setores da economia iraniana, sendo o setor petrolífero um deles. Costa (2017) menciona que no fim de 1978, trabalhadores de empresas petrolíferas aderiram a uma paralisação contra a monarquia autoritária do xá. Fuser (2005) traz que, durante esse período, as exportações de petróleo iraniano caíram aproximadamente 4 milhões de barris por dia.

Além dos impactos da Revolução Iraniana sobre a exportação de petróleo – que quase cessaram durante o período de derrubada do xá, mas que retornou ainda em 1979 a baixos níveis – a guerra Irã-Iraque também afetou a exportação desses países, exercendo um impacto direto no sucesso interno da administração de Jimmy Carter, expondo ainda mais a dependência estadunidense para com o petróleo do Oriente Médio. Halabi (2009) menciona que a combinação desses dois eventos:

[...] fez com que o preço do barril de petróleo bruto quase que triplicasse de US\$14 em 1978 a US\$41 em 1981 a preços correntes. Estes eventos trouxeram uma grande escalada na inflação nos EUA. Esses efeitos no Irã, especialmente a Crise dos Reféns, foram responsáveis pela derrota de Jimmy Carter nas eleições presidenciais de 1980. (HALABI, 2009, p. 80, tradução nossa)³⁹.

4. 2 A política externa de Ronald Reagan

Ao contrário de seu antecessor, Ronald Reagan optou por não declarar uma doutrina específica de sua política externa. Em seu discurso durante a *State of the Union* em 1985, Reagan apenas deixou claro seu objetivo de combate à União

³⁹ “[...] caused the price of crude oil barrel to almost triple from \$14 in 1978 to \$41 in 1981 at current prices. These events brought about a major hike in inflation in the U.S. These events in Iran, especially the hostage crisis, were responsible for the defeat of Jimmy Carter in the 1980 presidential elections.”

Soviética, assim como a missão estadunidense de difundir paz e democracia pelo mundo. Essas ideias foram explicitadas da seguinte forma:

Nossa missão é nutrir e defender a liberdade e a democracia, e comunicar esses ideais em todos os lugares que pudermos [...] nós não podemos brincar de inocentes em um mundo que não é inocente; nem podemos ser passivos quando a liberdade está ameaçada. Sem recursos, a diplomacia não pode ter sucesso. (REAGAN, 2009, s.p., tradução nossa)⁴⁰.

O plano de Reagan era o de promover a liberdade e a democracia pelo mundo através da implantação do livre comércio entre as nações. Assim, Pach (2006) afirma que “uma política anticomunista agressiva, junto com oposição ferrenha à ‘grande presença estatal’ e aos ‘altos impostos’ foram uma influência poderosa na agenda política de Reagan.” (PACH, 2006, p. 79, tradução nossa)⁴¹.

Com uma postura mais agressiva, Reagan anunciou abertamente – diferentemente do que seus antecessores haviam feito – o combate à União Soviética através de financiamentos de grupos revolucionários anticomunistas. Para Pach (2006), aqueles que lutavam pela liberdade eram apoiados pelos EUA mais pela causa que se opunham do que pelo que defendiam. Em consonância a essa ideia, Reagan declarou que:

Nós devemos apoiar todos os nossos aliados democráticos. E nós não devemos perder a fé com aqueles que estão arriscando suas vidas - em todos os continentes, do Afeganistão à Nicarágua – para desafiar a agressão apoiada pelos soviéticos e assegurar direitos que tem sido nossos desde o nascimento. Apoio aos combatentes da liberdade é autodefesa e totalmente consistente com as Cartas da OEA e da ONU. (REAGAN, 1985, s.p., tradução nossa)⁴².

As opções militares no governo de Reagan eram primordiais, fazendo-se notórias a partir do desejo do presidente de “reconstruir as capacidades militares, estratégicas e secretas dos Estados Unidos no mundo.” (MORLEY, 1988, p. 1, tradução nossa)⁴³.

⁴⁰ “Our mission is to nourish and defend freedom and democracy, and to communicate these ideals everywhere we can [...] We cannot play innocents abroad in a world that’s not innocent; nor can we be passive when freedom is under siege. Without resources, diplomacy cannot succeed.”

⁴¹ “Aggressive anticommunism, along with steadfast opposition to “big governments” and “high taxes”, was a powerful influence on Reagan’s political agenda.”

⁴² “We must stand by all our democratic allies. And we must not break faith with those who are risking their lives -- on every continent, from Afghanistan to Nicaragua -- to defy Soviet supported aggression and secure rights which have been ours from birth. Support for freedom fighters is self-defense and totally consistent with the OAS and U.N. Charters.”

⁴³ “The buildup of U.S. military, strategic, and covert capabilities throughout the world [...]”

Em relação ao Oriente Médio, Reagan, no discurso *Address to the Nation on United States Policy for Peace in the Middle East* de 1982, destacou que:

[A] América há muito tem se comprometido a levar paz para essa região problemática. Por mais de uma geração, sucessivas administrações dos Estados Unidos têm se esforçado para desenvolver um processo justo e viável que poderia levar a uma verdadeira e duradoura paz entre Árabes e israelenses. (REAGAN, 1982, s.p., tradução nossa)⁴⁴.

No que diz respeito às relações com o Irã, após a Revolução Iraniana, ocorrida durante o governo de Jimmy Carter, e a conseqüente mudança na postura iraniana, onde o país acabou deixando de ser um dos pilares dos Estados Unidos no Oriente Médio, além de não ser mais “uma região de estabilidade em uma das áreas mais problemáticas do mundo” (CARTER, 1977, s.p., tradução nossa)⁴⁵, Reagan buscava “reduzir a antipatia que tinha se desenvolvido entre o Irã e os Estados Unidos desde a queda do Xá.” (ARQUILLA, 2006, p. 202 apud GILBERT, 2014, p. 63, tradução nossa)⁴⁶.

Entretanto, suas atitudes não coincidiam com tal objetivo. A fim de assegurar a presença estadunidense no Oriente Médio, durante sua administração, Reagan, segundo Morley (1988), retirou o Iraque da lista de países que apoiavam o terrorismo e passou a desenvolver uma série de políticas que auxiliariam o governo iraquiano no conflito contra o Irã. O Iraque contava também com apoio da Arábia Saudita, que passou a ter grandes preocupações com a capacidade militar e novos objetivos do Irã.

De acordo com Morley (1988), a intensificação da presença estadunidense na região do Golfo Pérsico era justificada pela “garantia da liberdade de navegação no Golfo e para apressar um fim à guerra Irã-Iraque” (MORLEY, 1988, p. 140, tradução nossa)⁴⁷. Entretanto, alguns autores afirmam que o real interesse não era acabar com a guerra, mas “de fato permitir que ela continuasse a fim de atender seus objetivos.” (MORLEY, 1988, p. 141, tradução nossa)⁴⁸. O autor afirma que com a guerra em

⁴⁴ “America has long been committed to bringing peace to this troubled region. For more than a generation, successive United States administrations have endeavored to develop a fair and workable process that could lead to a true and lasting Arab-Israeli peace.”

⁴⁵ “An island of stability in one of the most troubled areas of the world.”

⁴⁶ “[...] an attempt to reduce the antipathy that had developed between Iran [...] and the United States since the fall of the Shah.”

⁴⁷ “[...] guarantee freedom of navigation in the Gulf and to hasten an end to the Iran-Iraq war.”

⁴⁸ “[...] in fact allowing it to go on in order to suit their purposes.”

andamento, os EUA puderam se fortalecer militarmente no Oriente Médio sob o pretexto de defender os países árabes.

Anos mais tarde, em 1986, o escândalo Irã-Contras veio à tona. Como mencionado por Gilbert (2014), os reféns estadunidenses no Líbano levaram os Estados Unidos a negociar novamente com o Irã. Os Estados Unidos temiam que o sequestro de cidadãos estadunidenses no Líbano, orquestrado pelo Hezbollah, acarretasse em uma crise política similar à crise dos reféns no Irã.

Assim, reconhecendo a ligação iraniana com membros do Hezbollah – por compartilharem o mesmo segmento xiita, o duodécimo – e a necessidade iraniana por armamentos, devido ao envolvimento no conflito com o Iraque, Ronald Reagan, secretamente, deu início às negociações com representantes do governo iraniano para a libertação dos reféns antes mesmo de ser eleito. Como mencionado por Costa (2017), para o Irã, manter negociações era uma forma de evitar que os EUA se utilizassem da força para resolver a situação iraniana do pós-Revolução.

Assim, os Estados Unidos estariam apoiando – indiretamente, visto que a revenda dos armamentos estadunidenses era feita por Israel para o Irã – os dois lados da guerra Irã-Iraque. Outro ponto que chama atenção é a decisão de Reagan em negociar com o Irã, sendo que anos antes havia solicitado aos seus aliados europeus e ao Japão para não fornecerem armas ao Irã por ser um país terrorista.

De acordo com Morley (1988), o escândalo Irã-Contras provocou uma crise na administração de Reagan não só por negociar com um país considerado – por sua própria administração – como terrorista, mas também por fazê-lo sem consultar grande parte dos membros de seu aparato de política externa e por utilizar o dinheiro da venda desses armamentos para financiar rebeldes – os Contras – na Nicarágua.

A troca de armamentos por reféns, segundo Cannon (s.d.), foi proposta pelo Conselheiro de Segurança Nacional de Reagan, Bud McFarlane, como uma forma de criar importantes contatos com as forças reformistas no Irã e de barrar a influência soviética na região. Dessa forma, em dezembro de 1985, Reagan aprovou, secretamente, as negociações com o Irã, apesar de as vendas e negociações terem começado antes mesmo desta aprovação. Entretanto, como trazido por Morley (1988), essas negociações com o Irã não produziram nenhuma mudança na relação entre os países e teve pouco efeito na libertação dos reféns no Líbano.

Outra questão de grande relevância durante a administração de Ronald Reagan e que teve grande impacto na relação entre Estados Unidos e Irã foi o

terrorismo. Brulin (2018) afirma que Reagan foi o primeiro presidente estadunidense a colocar o terrorismo internacional no centro de sua política externa. Para Reagan, o termo “terrorismo” abarcava atos que variavam desde grupos não estatais a grupos patrocinados por Estados e atos direcionados a civis ou a regiões militares.

Em um de seus discursos ao povo estadunidense, Reagan apontou para uma série de países que estariam financiando o terrorismo a fim de “expulsar a América do mundo.” (REAGAN, 1985, s.p., tradução nossa)⁴⁹. Os países mencionados como financiadores do terrorismo internacional nesse discurso foram: Irã, Líbia, Coreia do Norte, Cuba e Nicarágua. Segundo Reagan (1985), a Agência Central de Inteligência (CIA) teria “descoberto fortes evidências de envolvimento iraniano em 57 ataques terroristas.” (REAGAN, 1985, s.p., tradução nossa)⁵⁰.

Uma declaração feita por Larry Speakes, secretário de imprensa de Ronald Reagan, afirmava que “vários Estados adotaram esses atos ilegais como instrumentos de política estatal.” (SPEAKES, 1984, s.p., tradução nossa)⁵¹. Era mencionado também o fato de existirem países que estariam providenciando treinamento, financiamentos e suporte logístico a grupos terroristas (EUA, 1984).

Ao apontar o grupo de países citados acima como terroristas, Reagan implica um tipo de terrorismo denominado como “*state-sponsored terrorism*”, que:

[...] ocorre quando um Estado emprega outros Estados ou organizações privadas para realizar ações, [...] apoia o terrorismo de grupos insurgentes como acessórios antes ou depois do fato, ou, finalmente, o consentimento estatal ao terrorismo, quando um olho cego é voltado a partidos que se engajaram ao terrorismo. (STOHL, 1987, p. 169, tradução nossa)⁵².

A supramencionada falta de definição ao termo “terrorismo” nos discursos de Reagan o permitiu uma ampla classificação do que seria considerado ou não como terrorismo. Assim, como destacado por Brulin (2018),

ele foi capaz de fazer acusações contra os inimigos da América baseado em uma definição muito ampla de ‘terrorismo’, enquanto, simplesmente, permaneceu em silêncio sobre a natureza potencialmente ‘terrorista’ dos

⁴⁹ “[...] to expel America from the world.”

⁵⁰ “[...] found strong evidence of Iranian involvement in 57 terrorist attacks.”

⁵¹ “[...] several states have adopted these lawless acts as instruments of state policy.”

⁵² “[...] occurs when a state employs other states or private organizations to undertake actions, [...] states support the terrorism of insurgent groups as accessories before or after the fact, or finally state acquiescence to terrorism, when a blind eye is turned towards third parties which have engaged in terrorism.”

métodos usados pelos EUA e seus aliados. (BRULIN, 2018, p. 2, tradução nossa)⁵³.

Além de permitir a categorização de terroristas apenas a Estados de sua escolha, a não definição de terrorismo gerou confusão entre Reagan e seus representantes em debates da Assembleia Geral da ONU. Enquanto Reagan, em sucessivos discursos, ressaltava os termos “*state-sponsored terrorism*” e “*state-supported terrorism*”, Brulin (2018) traz que, nos mais diversos debates no âmbito da ONU, representantes dos EUA excluía qualquer ato que envolvesse Estados da discussão sobre terrorismo. Para os representantes estadunidenses, atos cometidos por agentes estatais eram considerados atos meramente estatais, sendo assim, não classificados como práticas terroristas.

Essa postura adotada em debates da ONU buscava esquivar os EUA de acusações por parte de outros membros. Segundo Brulin (2018), uma definição do termo “terrorismo” que englobasse a participação de Estados “abriria a porta para inúmeras acusações de que o uso da força pelos Estados Unidos e pelos seus aliados poderia contabilizar como terrorismo.” (BRULIN, 2018, p. 4, tradução nossa)⁵⁴.

Cabe ressaltar que a não inclusão de atos estatais no conceito de práticas terroristas permitiu aos Estados Unidos continuar apoiando países como Israel e África do Sul, que vinham sendo acusados, por outros membros da ONU, de estarem financiando grupos terroristas.

O impacto de considerar o Irã como um país terrorista teve reflexos também no âmbito econômico. Em 1984, o porta-voz de Reagan, Romberg, anunciou que controles adicionais seriam aplicados às exportações ao Irã. Essas novas restrições faziam parte da política antiterrorista, onde produtos que poderiam ter fins para tais atividades não poderiam ser exportados ao Irã.

Dados do *United States Census Bureau* (s.d.) mostram que as importações estadunidenses do Irã, que no ano de 1985 registrava US\$725,1 milhões, terminaram o governo Reagan, em 1989, com US\$8,6 milhões. As exportações para o Irã também sofreram queda apesar de não serem tão significativas quanto as importações. Em

⁵³ “He was able to make accusations against America’s enemies based on a very broad (implicit) definition of ‘terrorism’ while simply remaining silent about the potentially ‘terroristic’ nature of the methods used by the US and its allies.”

⁵⁴ “[...] opening the door to countless accusations that certain uses of forces by the United States and its allies may amount to ‘terrorism’.”

1985, registraram US\$73,9 milhões, enquanto que, em 1989, registraram US\$55,2 milhões.

4. 3 A política externa de George H. W. Bush

Após dois mandatos presidenciais, Reagan deixou seu cargo para seu vice nas eleições de 1988. De acordo com dados trazidos por Leip (s.d.), George H. W. Bush foi eleito com um total de 53,37% dos votos populares e com 426 votos no Colégio Eleitoral, conquistando assim uma margem de 79,2% desses votos. Bush foi vencedor em 40 dos 50 estados dos EUA. Sua eleição marcou 12 anos consecutivos do partido Republicano no poder, o que não acontecia nos EUA há décadas.

A conjuntura internacional durante o governo de Bush foi marcada por diversos acontecimentos, destacando o fim da Guerra Fria e, posteriormente, o desmantelamento da União Soviética, as revoluções de 1989 – que aconteciam na Europa Oriental, quando diversos países como Polônia, Hungria, Tchecoslováquia e Alemanha Oriental aceitaram a condução de eleições livres, elegendo governos não comunistas –, a reunificação alemã, dentre outros.

O fim da Guerra Fria e o enfraquecimento da URSS causaram um grande vácuo de poder em regiões da Europa Oriental e Bush demonstrava interesse em auxiliar esses países a avançarem conjuntamente com a democracia, a fim de alcançarem paz e liberdade.

Bush reconheceu o fim da Guerra Fria como uma vitória estadunidense. Em seu discurso ao *State of the Union Address* de 1992, Bush afirmou que “a maior coisa que aconteceu no mundo, na minha vida, em nossas vidas é essa: pela graça de Deus, América ganhou a Guerra Fria.” (BUSH, 1992, s.p., tradução nossa)⁵⁵.

Para Bush, o fim da Guerra Fria simbolizava “um novo mundo de desafios e oportunidades [...] com necessidade de liderança que só a América pode providenciar” (BUSH, 2018, s.p., tradução nossa)⁵⁶ e que “um mundo uma vez dividido entre duas zonas armadas, agora reconhece um único e preeminente poder, os Estados Unidos da América.” (BUSH, 1992, s.p., tradução nossa)⁵⁷.

⁵⁵ “[...] the biggest thing that has happened in the world, in my life, in our lives is this: By grace of God, America won the Cold War.”

⁵⁶ “[...] a new world of challenges and opportunities [...] there’s a need for leadership that only America can provide.”

⁵⁷ “A world once divided into two armed camps now recognizes one sole and preeminent power, the United States of America.”

Para o então presidente estadunidense,

[O] sucesso da contenção criou novas condições e novas oportunidades para uma nova geração de estadunidenses [...] a responsabilidade central de garantir a estabilidade do equilíbrio internacional continua sendo nossa.” (EUA, 1990, p. 2, tradução nossa)⁵⁸.

Entretanto, apesar de satisfeito com o fim da até então considerada maior ameaça aos ideais estadunidenses, Bush reconhecia que ainda existiam ameaças no cenário internacional, e que o fim da URSS não seria capaz de resolver todos os problemas no mundo. Por isso afirmava que:

[...] alguns conflitos no Terceiro Mundo podem não mais acontecer como pano de fundo das competições das superpotências. Mesmo assim, muitos continuarão, por vários motivos, a ameaçar os interesses dos EUA. (EUA, 1990, p. 6, tradução nossa)⁵⁹.

Para Bush, a forma de garantir uma vida mais justa e próspera para os homens era “através do livre mercado, liberdade de expressão, eleições livres e do exercício do livre arbítrio não impedido pelo Estado.” (BUSH, 1989, s.p., tradução nossa)⁶⁰. Com isso, Bush afirmava que:

Assim como muitos de meus predecessores, minha administração está comprometida a trabalhar com todas as nações para promover a prosperidade do sistema de livre mercado e para reduzir barreiras que inibem injustamente o comércio internacional. (EUA, 1990, p. 1, tradução nossa)⁶¹.

A defesa a esses valores remete às políticas defendidas pelo seu antecessor. Engel (2010), menciona que a política externa de Bush não foi inovadora e que tinha fortes raízes na história diplomática estadunidense. Para Bush, a política estadunidense seria “uma política baseada num único e brilhante princípio: a causa da liberdade.” (BUSH, 2018, s.p., tradução nossa)⁶².

⁵⁸ “The very success of containment has created new conditions and new opportunities for a new generation of Americans [...] The pivotal responsibility for ensuring the stability of the international balance remains ours.”

⁵⁹ “Some Third World conflicts may no longer take place against the backdrop of superpower competition. Yet many will, for a variety of reasons, continue to threaten U.S. interests.”

⁶⁰ “[...] through free markets, free speech, free elections and the exercise of free will unhampered by the state.”

⁶¹ “Like so many of its predecessors, my Administration is committed to working with all nations to promote the prosperity of the free market system and to reduce barriers that unfairly inhibit international commerce.”

⁶² “[...] a policy based on a single, shining principle: the cause of freedom.”

Segundo Engel (2010), três aspectos se destacam na política externa de Bush, sendo eles: o multilateralismo, liderado pelos Estados Unidos; a estabilidade e soberania como base para a construção da nova ordem internacional e o foco na diplomacia pessoal. Além do comprometimento em “proteger a segurança da nação, seus cidadãos e seu modo de vida.” (EUA, 1990, p.1, tradução nossa)⁶³.

A noção de que os Estados Unidos seriam os responsáveis por comandar e garantir a construção da nova ordem internacional não se deteve apenas ao continente Europeu. Bush declarou que “no Extremo Oriente e na África, é hora do pleno florescimento de governos e mercados livres que têm servido como motor do progresso.” (BUSH, 2018, s.p., tradução nossa)⁶⁴.

Entretanto, assim como destacado por Engel (2010), as mudanças no governo Bush seriam perseguidas de maneira cautelosa no sistema internacional. Seguindo a lógica de agir cuidadosamente no âmbito internacional, Powaski (2019) destaca que Bush sentia-se desconfortável com mudanças ousadas, dando preferência à estabilidade.

No que tange a suas ações no Oriente Médio, Bush assumiu durante o período de libertação dos reféns estadunidenses do Líbano, conseguindo assim, trazer para casa os últimos reféns que restavam. Além disso, logo após assumir, em agosto de 1990, o Iraque invadiu o Kuwait.

Antes mesmo da invasão, Bush havia expressado, em uma diretiva nacional de segurança, a importância da região para os EUA e que estaria disposto a defendê-la, militarmente, contra ameaça soviética ou de qualquer outro poder regional. A respeito de suas políticas na região, “tendo sido vitorioso na Segunda Guerra do Golfo e na Guerra Fria, George Bush estava confiante o suficiente para perseguir uma política assertiva no Oriente Médio.” (IBRAHIM, 2006, p. 37, tradução nossa)⁶⁵.

Sobre o conflito entre Kuwait e Iraque, cabe destacar que o Kuwait é o sexto maior detentor de reservas petrolíferas no mundo (EIA, 2016) e, por isso tem se mostrado vital aos interesses estadunidenses. A importância da região foi novamente destacada em um relatório de estratégia de segurança nacional do governo Bush. O relatório faz a seguinte afirmativa: “a dependência do mundo a suprimentos

⁶³ “Protect the safety of the nation, its citizens, and its way of life.”

⁶⁴ “In the Far East and Africa, it is time for the full flowering of free governments and free markets that have served as the engine of progress.”

⁶⁵ “Having been victorious both in the Gulf War II and in the Cold War, George Bush was confident enough to pursue an assertive policy on the Middle East.”

energéticos desta região crucial e nossos fortes laços com muitos dos países da região continuam a constituir importantes interesses dos Estados Unidos.” (EUA, 1990, p. 13, tradução nossa)⁶⁶.

Por esse motivo, quando o Iraque invadiu o Kuwait, os Estados Unidos responderam de imediato. Temendo o avanço iraquiano sobre o Kuwait, no primeiro momento, como trazido por Powaski (2019), Bush assinou ordens executivas que baniam todas as trocas comerciais com o Iraque, além de congelar os ativos iraquianos e kuwaitianos nos Estados Unidos.

Com a população temerosa de um “novo Vietnã”, os estadunidenses e membros do Congresso mostravam-se contrários a uma invasão no Iraque para reverter a situação. Entretanto, com o apoio da ONU⁶⁷, Bush acaba ordenando o envio de tropas para a região.

Powaski (2019) destaca que Bush esperou o aval da ONU, pois seria a única forma de persuadir tanto os estadunidenses, quanto os membros do Congresso. Ainda assim, a votação no Senado a respeito do envio de tropas foi acirrada. Tanto no Senado, quanto na Câmara, Bush contou, praticamente, apenas com os votos Republicanos, tendo grande parte dos Democratas se posicionado contrários a tal decisão.

Após enfraquecer o exército iraquiano, Bush pediu por um cessar-fogo, optando assim por não continuar avançando sobre a capital iraquiana. A decisão de não chegar à capital Bagdá para destituir Saddam Hussein, foi pensada cautelosamente, assim como anunciado que seriam conduzidas suas ações no cenário internacional.

Além dos custos, riscos, e de estar indo contra a resolução da ONU – que permitia apenas a libertação do Kuwait –, caso continuasse avançando sobre o Iraque para tais fins, Bush poderia instaurar, na região, uma guerra civil. Como mencionado por Powaski (2019), o governo árabe havia alertado o então presidente estadunidense que, em caso de guerra civil, a região iraquiana estaria ainda mais suscetível ao expansionismo iraniano.

⁶⁶ “The free world’s reliance on energy supplies from this pivotal region and our strong ties with many of the region’s countries continue to constitute important interests of the United States.”

⁶⁷ A partir da Resolução 678 (1990), o Conselho de Segurança da ONU autorizou o uso “de todos os meios para defender e implementar a resolução 660 (1990) e todas as resoluções relevantes subsequentes e para restaurar a paz e segurança internacionais na região.” (ONU, 1990).

Tanto a preocupação com o avanço iraquiano sobre o Kuwait, quanto o possível avanço iraniano sobre o Iraque, baseiam-se em um dos objetivos citados no relatório de estratégia de segurança nacional de 1990. O objetivo mencionava que era de interesse da administração de Bush “manter equilíbrios regionais estáveis para dissuadir potências que poderiam buscar o domínio regional.” (EUA, 1990, p. 2, tradução nossa)⁶⁸.

A invasão iraquiana sobre o Kuwait foi a primeira crise internacional do governo Bush. Por esse motivo, Onea (2013) afirma que a administração estadunidense buscava conduzir a situação de maneira cautelosa, pois visavam estabelecer um padrão para lidar com futuras crises na região. E de fato esse objetivo foi concretizado, visto que “depois da Guerra do Golfo, a cooperação de outros Estados se tornou um requisito da formulação da política externa dos EUA.” (ONEA, 2013, p. 46, tradução nossa)⁶⁹.

Passada a invasão iraquiana sobre o Kuwait, os Estados Unidos tentaram uma velha alternativa no Oriente Médio. Apesar das tentativas de administrações anteriores, Bush buscou reunir países árabes a fim de negociar um fim para os conflitos árabes-israelenses. Baker, secretário de Estado estadunidense, exerceu um papel decisivo no convencimento de países a participarem de uma conferência para a paz.

De acordo com Ibrahim (2006), após encontros e negociações, Israel, Síria, Líbano, Egito e uma representação palestina através da delegação jordaniana foram confirmados para negociarem condições para a paz no Oriente Médio. Essa conferência, ocorrida em 1991, na Espanha, ficou conhecida por Conferência de Madrid, tendo sido apoiada pelos Estados Unidos e pela URSS.

Apesar da aceitação por parte desses países, Ibrahim (2006) traz que alguns Estados do Oriente Médio se posicionaram contra o acontecimento dessa conferência. Os Estados contrários eram: Irã, Líbia e Iraque. Para o Irã, a participação árabe nessa conferência era encarada como uma traição à causa palestina, desse modo, “líderes iranianos chegaram a convocar uma luta armada contra Israel, condenando a participação árabe em Madri.” (IBRAHIM, 2006, p. 63, tradução nossa)⁷⁰.

⁶⁸ “Maintain stable regional military balances to deter those powers that might seek regional dominance.”

⁶⁹ “In the aftermath of the Gulf War, the cooperation of other states had become a requirement of U.S. foreign policy-making.”

⁷⁰ “Iranian leaders called for armed struggle against Israel, condemning the Arab participation in Madrid.”

Outro ponto de desentendimento entre as políticas estadunidenses no Oriente Médio e a atuação iraniana na região está ligada à questão afegã. Nader et al. (2014) afirmam que desde antes da Revolução Iraniana, o Irã encara o Afeganistão como de suma importância para a sua segurança nacional e por isso tem atuado na região com maior ou menor intensidade com o passar do tempo.

Após o fim da guerra com o Iraque, a saída da URSS do Afeganistão e a queda do até então presidente afegão, Najibullah, o Irã passou a investir ainda mais nas forças nacionais simpatizantes a Khomeini. No mesmo período, os EUA passaram a intensificar sua presença na região.

Com o objetivo de garantir o estabelecimento de um governo estável – a partir da perspectiva estadunidense – os EUA trabalhariam em conjunto com o Paquistão e usariam da sua influência e de seus recursos para “prevenir a emergência de um novo governo afegão que seja pró soviético, pró iraniano ou messiânico-islâmico.” (EUA, 1989, p. 1, tradução nossa)⁷¹. Dessa maneira, Estados Unidos e Irã apoiaram grupos opostos no país. Enquanto Paquistão, Arábia Saudita e EUA apoiavam grupos da vertente sunita, os *mujahideen* xiitas contavam com o apoio iraniano.

No que diz respeito, exclusivamente, à abordagem da política externa estadunidense para o Irã durante a administração de Bush, tem-se que, segundo Seliktar (2012), a Casa Branca optou por uma política além da contenção, buscando pequenas medidas conciliatórias que reconquistariam a confiança do governo iraniano.

Murray (2010) menciona a desconfiança nacional a respeito da relação entre Estados Unidos e Irã. Estadunidenses temiam que o novo presidente adotasse as mesmas medidas de seu antecessor e passasse a negociar, secretamente, com terroristas. Por esse motivo, Bush teria se comprometido a comparecer apenas em “negociações em um ambiente transparente, com representantes autorizados, sancionados e verificados do governo iraniano.” (MURRAY, 2010, p. 66-67, tradução nossa)⁷².

Em sua Diretiva Nacional de Segurança para o Golfo Pérsico, em 1989, Bush elencou alguns critérios para a normalização das relações com o Irã, que seriam:

⁷¹ “[...] prevent the emergence of a new Afghan government that is pro-Soviet, pro-Iranian or messianic-Islamic.”

⁷² “[...] talks in a transparent setting, with authoritative, sanctioned and verifiable representatives of the Iranian government [...]”

cessação dos auxílios ao terrorismo internacional, auxílio na libertação dos reféns estadunidenses, interrupção de atividades subversivas e aprimorar relações com seus vizinhos (EUA, 1989).

Após estabelecidas as condições para negociações e para a normalização das relações, os Estados Unidos voltaram a pedir, formalmente, ao governo iraniano, pela libertação dos reféns no Líbano. O governo iraniano, no entanto, respondeu ao pedido, solicitando a libertação de seus reféns e a liberação de seus ativos, que haviam sido congelados em 1979 nos Estados Unidos pelo governo de Jimmy Carter.

A disputa pelo descongelamento dos ativos iranianos nos Estados Unidos estava sendo tratada no Tribunal de Haia. Como relatado por Murray (2010), as negociações em Haia somente foram aceleradas após uma demonstração por parte do governo iraniano de reaproximação com a URSS.

Frente a essa situação, os Estados Unidos anunciaram a liberação de US\$567 milhões em ativos iranianos, além de providenciar compensações às famílias dos passageiros mortos pela derrubada do avião da Iran Air, em 1988, por um míssil antiaéreo estadunidense (SELIKAR, 2012).

Essas negociações ocorreram meses depois de Rafsanjani⁷³ assumir o poder iraniano após a morte de Khomeini em 1989. Quando Khomeini faleceu, havia um temor inicial por parte de alguns membros do governo estadunidense de que as relações com o país se deteriorassem ainda mais. Entretanto, Bush encarava essa mudança no poder como “um período de transição, onde o trabalho de base para futuras melhorias poderia ser tentado.” (MURRAY, 2010, p. 70, tradução nossa)⁷⁴.

Apesar da boa vontade de Rafsanjani e da abertura de Bush para a melhoria das relações entre os países, o presidente iraniano foi atrapalhado tanto por questões internas, quanto externas. Selikar (2012) traz que após ter se envolvido no processo político que levou ao fim da guerra civil no Líbano, Rafsanjani passou a contar com

⁷³ Akbar Hashemi Rafsanjani foi presidente do Irã entre os anos de 1989 a 1997. Seguidor fiel de Khomeini, teve também grande influência na escolha de Khamenei como sucessor de Khomeini. Além disso, teve grande participação nos processos de estruturação econômica e de abertura externa do país no período posterior a Revolução.

⁷⁴ “[...] seeing this period as a transitional era where groundwork for future improvement could be attempted.”

esforços contrários a ele, vindos de Mohtashemi-Pur⁷⁵ e Hassan Karroubi⁷⁶, na resolução da questão dos reféns estadunidenses. Entretanto, a partir da intervenção do presidente sírio, juntamente com o líder supremo iraniano, o último refém estadunidense foi libertado em 1991.

Apesar da libertação dos reféns estadunidenses, Rafsanjani temia que o desconforto causado no Ocidente devido à *fatwa*⁷⁷ lançada por Khomeini, em 1989, pedindo pela morte do autor britânico, Salman Rushdie, e os crescentes atentados terroristas na Europa comprometeriam seus esforços em melhorar a imagem internacional iraniana.

Entretanto, a administração de Bush mostrava-se satisfeita com a ajuda de Rafsanjani com a questão dos reféns estadunidenses. Seliktar (2012) menciona que Baker esperava retirar o Irã da lista de países terroristas, além de relaxar sanções contra a economia iraniana. Mas a divergência interna impossibilitaria que a administração de Bush concretizasse o desejo de Baker.

O Congresso estadunidense além de muito preocupado com a disseminação do terrorismo iraniano no mundo – pois havia começado a atingir países na América do Sul e na África –, não estava satisfeito com aumento das relações comerciais entre Estados Unidos e Irã.

De acordo com o *U.S. Census Bureau* (s.d.), em 1989, quando Bush assumiu a presidência, o balanço econômico entre Estados Unidos e Irã havia registrado um total de US\$55,2 milhões em exportações e US\$8,6 milhões em importações. Já em 1991, esses valores subiram para US\$527,6 milhões e US\$230,7 milhões respectivamente.

Frente a essa situação, em 1992, foi aprovada, nos Estados Unidos, a lei de Não-Proliferação de Armas para o Irã e o Iraque. Essa lei exigia que o presidente sancionasse países ou pessoas que transferissem bens ou tecnologias que contribuíssem aos esforços iranianos e iraquianos para o acesso a armamentos, além de restringir a exportação de uma série de bens e tecnologia para esses países (EUA,

⁷⁵ Apoiador de grupos libertários em países muçulmanos, como Síria e Líbano, foi embaixador e também primeiro-ministro. Sua proximidade com o Hezbollah fez com que, Rafsanjani o destituisse do cargo de ministro das Relações Exteriores com o Líbano.

⁷⁶ Hassan Karroubi é um clérigo xiita, que se tornou advogado, mas acabou abandonando a profissão para se engajar na política de seu país. Enquadrado na ala radical dos majlis, passou a contestar as políticas liberais de Rafsanjani, defendendo um maior controle estatal da economia.

⁷⁷ “Uma declaração oficial ou ordem de um líder religioso islâmico.” (FATWA, s.d., s.p.).

1992). Essa foi uma maneira encontrada pelos EUA para limitarem a ajuda de países como China e Índia ao Irã.

3. 4 A política externa de Bill Clinton

Apesar da tentativa de uma reeleição, George H. W. Bush acabou perdendo para seu adversário democrata, Bill Clinton. Nas eleições de 1992, Bill Clinton e o vice-presidente, Albert Gore Jr. (Al Gore), foram eleitos com, aproximadamente, 43% dos votos populares e 68,8% dos votos eleitorais (LEIP, s.d.). Sua vitória marcou o fim de 12 anos de o partido Republicano no poder.

A vitória de Clinton teve grande apoio dos lobbies israelenses. Segundo Ibrahim (2006), Republicanos e Democratas competiam pelo lobby judeu americano, visto que o apoio financeiro às eleições era crucial. Por esse motivo, Clinton deixava claro que sua administração “seria mais compreensiva aos requisitos israelenses do que a de Bush.” (IBRAHIM, 2006, p. 111, tradução nossa)⁷⁸.

Ao assumir a presidência, Clinton entendia que a política externa estadunidense e as classificações de segurança nacional precisavam ser reavaliadas, dado o fim da Guerra Fria. Assim como seu antecessor, Clinton reconhecia que a nova ordem mundial trazia oportunidades aos Estados Unidos e assumia a responsabilidade estadunidense para conduzir as mudanças na nova era.

Quando Clinton assumiu a presidência, herdou políticas bem encaminhadas para algumas regiões do mundo e por isso, “não requeria um repensar radical e especializado.” (DUMBRELL, 2009, p. 26, tradução nossa)⁷⁹. Entretanto, alguns desafios ainda se faziam presentes.

A região dos Bálcãs enfrentava diversos conflitos, a economia russa estava enfraquecida e a preocupação com o desenvolvimento de armas nucleares em países do Terceiro Mundo aumentava. Além disso, a nova administração se preocupava em inovar e aumentar a competitividade econômica estadunidense no mundo. A partir disso, Clinton fez sua primeira declaração a respeito da política externa estadunidense:

Junto com nossos amigos e aliados, nós trabalharemos para moldar a mudança, para que ela não nos engula. Quando nossos interesses vitais forem desafiados ou a vontade e a consciência da comunidade internacional

⁷⁸ “[...] would be more understanding of Israeli requirements than the Bush one.”

⁷⁹ “[...] did not require radical and expert rethinking.”

forem desafiadas, nós agiremos, com diplomacia pacífica sempre que possível, com força quando necessário (CLINTON, 1993, s.p., tradução nossa)⁸⁰.

Apesar dos novos desafios e oportunidades do período pós-Guerra Fria, o *National Security Strategy of Engagement and Enlargement* (NSSEE) conclui que, com o fim da clara ameaça soviética, “a tarefa de mobilizar apoio público para as prioridades de segurança nacional tem se tornado mais complicada.” (EUA, 1994, p. 29, tradução nossa)⁸¹. Isso se deu pela ausência de um inimigo claro que precisasse ser combatido.

Ainda, no que diz respeito à mobilização de recursos, Clinton (1994) menciona o fato de ter apresentado um planejamento de segurança nacional com preços mais baixos. Entretanto, apesar de pedidos para que cortasse ainda mais o orçamento de defesa nacional, ele não o faria, visto que isso poderia comprometer a qualidade e a prontidão das forças estadunidenses.

Dentre seus objetivos diante do cenário internacional, Clinton (1994) menciona a necessidade em difundir a democracia pelo mundo e expandir a interconexão econômica. Clinton, além do GATT e o do NAFTA, firmou diversos acordos bilaterais de livre comércio. Essa necessidade se baseia em uma visão kantiana do mundo de que democracias são menos propensas a se enfrentarem. Além disso, toda a lógica da interdependência econômica reduziria as chances de conflitos. A partir disso, Clinton expõem que:

A melhor estratégia para garantir nossa segurança e para construir uma paz duradoura é apoiar o avanço da democracia em outros lugares. Democracias não atacam umas às outras, elas são melhores parceiras econômicas e parceiras na diplomacia. (CLINTON, 1994, s.p., tradução nossa)⁸².

Sobre suas preocupações no cenário internacional, o terrorismo volta a ser destaque na política externa estadunidense. Ao mencionar o terrorismo internacional, a administração de Clinton se comprometeu a, caso necessário, “atacar terroristas em suas bases no exterior ou atacar ativos avaliados pelos governos que os apoiam”

⁸⁰ “Together with our friends and allies, we will work to shape change, lest it engulf us. When our vital interests are challenged or the will and conscience of the international community is defied, we will act, with peaceful diplomacy whenever possible, with force when necessary.”

⁸¹ “The task of mobilizing public support for national security priorities has become more complicated.”

⁸² “The best strategy to ensure our security and to build a durable peace is to support the advance of democracy elsewhere. Democracies don’t attack each other; they make better trading partners and partners in diplomacy.”

(EUA, 1994, p. 8, tradução nossa)⁸³. Os discursos antiterrorismo, durante sua administração, foram direcionados, principalmente, a países do Oriente Médio, tais como Irã, Iraque e Líbia.

No que tange às ações estadunidenses de contingência pelo mundo, estava previsto pelo NSSEE (1994), o comprometimento estadunidense em dissuadir ou combater e derrotar a agressão vinda de potências regionais hostis, como o Irã, Iraque e Coréia do Norte. Para a administração de Clinton, os EUA deveriam estar preparados para “confrontar essa escala de ameaça, preferivelmente, em conjunto com nossos aliados e amigos.” (EUA, 1994, p. 7, tradução nossa)⁸⁴.

Essa preferência por atuar de forma conjunta com seus aliados é resultado das políticas de Bush. Como mencionado, Bush, ao enfrentar o Iraque durante a invasão no Kuwait, buscava criar um padrão de atuação para o período pós-Guerra Fria. Esse padrão criado foi a atuação conjunta aos aliados estadunidenses e com a ONU.

Outro ponto de convergência entre as políticas de Clinton e Bush diz respeito à forma de atuação no Oriente Médio. Após retomada a política de “dupla contenção”, no fim da administração de Bush, Clinton optou por continuá-la e até mesmo por reforçá-la. Dumbrell (2009) menciona a intenção de Clinton em adotar boa parte das políticas já praticadas por Reagan e Bush.

O reforço da política de contenção, principalmente do Irã, veio, em grande parte, pela forte presença e pressão dos lobbies israelenses na política interna dos EUA. Segundo Fayazmanesh (2008), grupos de lobby israelenses tinham grande proximidade e influência sobre metade do Senado estadunidense e 2/3 da Câmara.

A política de contenção supramencionada é o contrário do que vinha sendo praticado nas administrações de Reagan, e no começo do mandato de Bush, que optaram pela política de conter o Irã a partir de um maior envolvimento com o Iraque. Entretanto, após a invasão iraquiana sobre o Kuwait, essa política tornou-se impraticável. Com o fim da Guerra Fria e o conseqüente enfraquecimento da influência soviética no Oriente Médio, os Estados Unidos foram capazes de conter e isolar o Irã e o Iraque simultaneamente, visto que os dois careciam de um patrono (HALABI, 2009).

⁸³ “[...] to strike terrorists at their bases abroad or to attack assets valued by the governments that support them.”

⁸⁴ “[...] to confront this scale of threat, preferably in concert with our allies and friends [...]”

A confirmação de que essa política de dupla contenção seria continuada pela sua administração foi explicitada no NSSEE da seguinte forma: “nós trabalhamos para ampliar o alcance da paz e estabilidade, ao mesmo tempo em que implementamos uma estratégia de contenção dupla do Iraque e do Irã.” (EUA, 1994, p. 25, tradução nossa).⁸⁵

Sobre suas políticas no Oriente Médio, Clinton voltou a ressaltar a importância em garantir a segurança de Israel, bem como o livre acesso ao petróleo da região a preços razoáveis, assim como muitos de seus antecessores. Destaque também foi dado ao interesse em continuar avançando com os processos de paz da região. A administração de Clinton foi responsável por continuar com as negociações iniciadas por Bush. Os Estados Unidos atuaram como mediadores e o sucesso das negociações bilaterais, durante a administração de Clinton, levaram a assinatura dos Acordos de paz de Oslo.

A busca pela paz no Oriente Médio enfrentava problemas, segundo os Estados Unidos, principalmente, pela oposição iraniana a seus esforços. Fayazmanesh (2008) menciona os principais pontos destacados pelo governo estadunidense que justificavam a necessidade de contenção iraniana, sendo eles: o financiamento iraniano a grupos terroristas, a oposição iraniana aos esforços estadunidenses para a paz no Oriente Médio e o desenvolvimento de armamento de destruição em massa.

Brzezinski (2004) traz que, desde a metade dos anos 90, os Estados Unidos optaram por conter o Irã através de sanções econômicas. Entretanto, agentes da administração de Clinton reconheciam que essas medidas já não se mostravam eficazes. Tanto Ronald H. Brown – Secretário do Comércio –, quanto Warren Christopher – Secretário de Estado – e Martin Indyk – embaixador dos Estados Unidos em Israel –, mostravam-se desejosos pela intensificação das sanções contra o Irã (FAYAZMANESH, 2008).

Para seus conselheiros, a fim de conquistar apoio multilateral à política de contenção aplicada ao Irã, os EUA deveriam focar no “desenvolvimento de uma política confiável e realista para o Irã, que fosse mais estritamente focada em itens de proliferação e preocupações militares.” (BROWN, 1993, s.p., tradução nossa)⁸⁶.

⁸⁵ “We work to extend the range of peace and stability, while implementing a strategy of dual containment of Iraq and Iran [...]”

⁸⁶ “[...] the development of a credible, realistic policy for Iran that is more narrowly focused on items of proliferation and military concern.”

Christopher também orientou que Clinton banisse as trocas econômicas com o Irã. (SCIOLINO, 1995).

Dessa forma, em maio de 1995, Clinton anunciou que baniria todas as trocas comerciais e investimentos no Irã. A aprovação dessa política foi também uma forma de barrar a negociação de US\$1 bilhão entre a empresa texana, Conoco Oil, com o Irã. Para Clinton, essa era “a maneira mais eficaz para que nossa nação possa ajudar a conter o esforço dessa nação para adquirir armas devastadoras e seu apoio contínuo ao terrorismo.” (CLINTON, 1995, s.p., tradução nossa)⁸⁷.

Em seu discurso feito durante um jantar com o congresso judaico em 1995, Clinton afirmou que:

Nossa política é ajudar o Irã a pagar um preço por suas ações. A nação foi efetivamente impedida de receber crédito de instituições financeiras internacionais. Os Estados Unidos e nossos aliados do G-7 pararam as compras iranianas de armas de nossas nações. Nos recusamos a cooperar com o Irã em questões delicadas como energia nuclear e nós aumentamos as restrições comerciais sobre itens que podem ser usados para construir armas [...] eu estou anunciando formalmente minha intenção em cortar todas as trocas e investimento com o Irã. (CLINTON, 1995, s.p., tradução nossa)⁸⁸.

Após publicada a *Executive Order* 12959, ficou estabelecido que as importações ou financiamento de importações de bens ou serviços de origem iraniana estavam proibidas, bem como a exportação, a reexportação, ou financiamento destas, de bens, tecnologia e serviços ao Irã. Além de proibir os investimentos ou transações com o Irã. (EUA, 1995). Antes mesmo de Clinton assinar a ordem executiva, países da União Europeia anunciaram que não adotariam as mesmas medidas (MURRAY, 2010).

Além da ordem executiva assinada em 1995, em 1997, Clinton sancionou um projeto de lei com o objetivo de punir empresas de outros países que fizessem investimentos acima de US\$40 milhões no Irã ou na Líbia (EUA, 1996). Tal medida foi

⁸⁷ “[...] the most effective way our nation can help to curb that nation’s drive to acquire devastating weapons and its continued support for terrorism.”

⁸⁸ “Our policy is help to make Iran pay a price for its actions. The nation has effectively been cut off from receiving credit from international financial institutions. The United States and our allies in the G-7 have stopped Iranian purchases of weapons from our nations. We have refused to cooperate with Iran on sensitive matters such as nuclear energy and we’ve tightened trade restrictions on items that might be used to build weapons [...] I am formally announcing my intention to cut off all trades and investment with Iran.”

adotada após sua administração receber informações de que o Irã estaria envolvido no atentado terrorista ocorrido em Khobar, na Arábia Saudita, em 1996⁸⁹.

Apesar das restrições, algumas trocas ainda aconteciam entre os países, visto que a lei não proibia contratos celebrados anteriormente ao seu ano de aprovação. Sobre a relação econômica entre Irã e EUA, a partir dos dados trazidos pelo *The Observatory of Economic Complexity* (s.d.), tem-se que: quando Clinton assumiu, em 1993, as exportações estadunidenses ao Irã totalizaram US\$616,2 milhões, enquanto as importações somaram cerca de US\$100 mil.

No ano de 1995, ano em que foi publicada a lei que proibia trocas comerciais com o Irã, as exportações alcançaram US\$274,4 milhões, e as importações US\$161 mil. Em 1996, não houve registro de importações, mas as exportações de bens estadunidenses somaram apenas US\$345 mil, demonstrando assim uma queda significativa. No ano de 1997, os valores das exportações e das importações foram de US\$37,7 milhões e US\$4,71 milhões, respectivamente. Já em 2000, seu último ano no poder, as exportações registraram cerca de US\$101 milhões, enquanto as importações alcançaram US\$156 milhões, tendo os EUA voltado a comprar petróleo iraniano.

Em 1997, Khatami foi eleito como o novo presidente do Irã. Sua personalidade chamava atenção por anunciar mudanças no país. Além disso, assim como mencionado por Murray (2010), Khatami se mostrava mais aberto ao diálogo com o Ocidente e menos radical. Reconhecendo a mudança, Clinton enviou cartas, através de seus terceiros – Suíça e intermediários na Arábia Saudita – propondo conversas com o novo governo iraniano.

Alguns avanços ocorreram na política externa estadunidense para o Irã. Em 1997, Clinton decidiu não mais se opor à construção do duto que transportaria gás natural vindo da Ásia Central, passando pelo território iraniano (MORGAN; OTTAWAY, 1997) e, em 1998, renunciou sanções contra a compra de petróleo iraniano por parte das empresas Gazprom, Petronas e Total e retirou o Irã da lista de países produtores de drogas (MURRAY, 2010).

Apesar dos avanços, os Estados Unidos ainda nutriam desconfianças perante ao Irã, tanto a respeito do apoio a grupos terroristas, quanto ao seu projeto nuclear.

⁸⁹ O atentado em Khobar foi um bombardeio terrorista que atingiu um complexo de dormitórios, matando 19 aviadores estadunidenses e ferindo 498, sendo 372 estadunidenses e restante de outras nacionalidades.

Em 1999, Clinton enviou uma carta ao presidente iraniano afirmando “ter recebido evidências confiáveis de que membros da Guarda Revolucionária Iraniana, juntamente com membros do Hezbollah libanês e saudita, estavam diretamente envolvidos no planejamento e na execução.” (EUA, s.d., s.p., tradução nossa)⁹⁰.

Em resposta a tal acusação, Khatami respondeu que “as alegações contidas na mensagem atribuída a Clinton são incorretas e inaceitáveis” (EUA, s.d., s.p., tradução nossa)⁹¹. Além disso, destacou que “tais alegações são fabricadas exclusivamente por aqueles cujos objetivos ilegítimos são ameaçados pela estabilidade e segurança na região.” (EUA, s.d., s.p., tradução nossa)⁹².

Entretanto, as negociações continuaram entre os países. Como destacado por Murray (2010), o fim do mandato de Clinton foi marcado pelas concessões estadunidenses no que diz respeito às sanções econômicas. Clinton se comprometeu a encerrar as reivindicações ainda pendentes no Tribunal de Haia e a suspender as sanções que atingiam produtos alimentícios como pistache, frutas secas e caviar, além dos tapetes iranianos.

Outro acontecimento marcante no fim da administração de Clinton foi o encontro simbólico entre a Secretária de Estado dos Estados Unidos, Madeleine Albright, e o Ministro de Relações Exteriores iraniano, Kharrazi, durante um encontro do grupo 6+2.⁹³ Há anos membros dos dois governos não se encontravam em negociações, evitando qualquer tipo de interação. Por esse motivo, as tratativas entre Irã e Estados Unidos eram realizadas através de terceiros, como os intermediários suíços ou árabes.

4. 5 A política externa de George W. Bush

Nas eleições presidenciais de 2000, Al Gore – vice-presidente durante a administração de Bill Clinton – teve como principal adversário o republicano, George

⁹⁰ “[...] received credible evidence that members of the Iranian revolutionary guard corps (IRGC), along with members of Lebanese and Saudi Hizballah, were directly involved in the planning and execution [...]”

⁹¹ “The allegations contained in the message attributed to President Clinton are inaccurate and unacceptable.”

⁹² “Such allegations are fabricated solely by those whose illegitimate objectives are jeopardized by stability and security in the region.”

⁹³ O grupo 6+2, estabelecido pela ONU em 1997, era formado pelas 6 nações que fazem fronteira com o Afeganistão (Irã, Paquistão, Tajiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão e China), além dos Estados Unidos e da Rússia com o intuito de promover uma solução pacífica ao conflito no Afeganistão. Foi acordado que nenhum dos membros providenciaria armamentos a nenhum partido afegão (AFGHANISTAN, 2001).

W. Bush. Apesar de ter conquistado mais votos populares em relação a seu adversário, os votos eleitorais garantiram a vitória a Bush – 271 votos favoráveis a Bush contra 266 votos favoráveis a Al Gore (LEIP, s.d.).

Sobre a política externa do governo Bush, Dumbrell (2007) traz que esta era uma combinação das versões de liderança global “neoconservadora” com o “novo nacionalismo”. Enquanto o “novo nacionalismo” teria vindo da própria postura de Bush, o “neoconservadorismo” teria sido favorecido pela ocorrência dos atentados do 11/9.

O caráter “neoconservador” seria “a união do idealismo democratizador com um compromisso com a primazia militar.” (DUMBRELL, 2007, p. 3, tradução nossa)⁹⁴. Assim, sua administração conduziria a política externa estadunidense orientada pela promoção da democracia no mundo a partir de meios militares. Frente a isso, podemos notar outra característica da política externa de Bush, que seria os ataques preemptivos⁹⁵.

Essa característica foi confirmada na publicação da *The National Security Strategy of the United States* em 2002 da seguinte maneira: “a América agirá contra essas ameaças emergentes antes que estejam totalmente formadas.” (EUA, 2002, s.p., tradução nossa)⁹⁶. Em concordância a essa ideia, durante o *State of the Union Address*, de 2002, Bush afirmou: “eu não vou esperar pelos eventos enquanto os perigos se acumulam. Eu não vou ficar parado enquanto o perigo se aproxima cada vez mais.” (BUSH, 2002, p. 106, tradução nossa)⁹⁷.

Como mencionado em subcapítulos anteriores, o fim da Guerra Fria trouxe novas oportunidades para os Estados Unidos no cenário internacional. Bush afirmava que “a comunidade internacional tinha a melhor chance, desde a ascensão do Estado-nação no século XVII, de construir um mundo onde as grandes potências competem em paz, em vez de estarem continuamente preparadas para a guerra.” (EUA, 2002, s.p., tradução nossa)⁹⁸.

⁹⁴ “[...] a coming together of democratizing idealism with a commitment to military primacy.”

⁹⁵ De acordo com a definição de Mueller et al. (2006), ataques preemptivos são aqueles lançados a partir da expectativa de que o adversário irá atacar, entendendo que é mais vantajoso atacar primeiro do que ser atacado. Já os ataques preventivos não são baseados no desejo de atacar primeiro. Trata-se de antecipar um ataque que claramente ocorrerá em algum período, a fim de evitar que a ameaça se torne ainda maior.

⁹⁶ “America will act Against such emerging threats before they are fully formed.”

⁹⁷ “I will not wait on events, while dangers gather. I will not stand by, as peril draws closer and closer.”

⁹⁸ “[...] the international community has the best chance since the rise of the nation-state in the seventeenth century to build a world where great powers compete in peace instead of continually prepared for war.”

O período pós Guerra Fria não era mais marcado pela ameaça soviética, mas sim pelo terrorismo internacional. A administração de Bush reconhecia que “o inimigo não é um único regime político, pessoa, religião ou ideologia. O inimigo é o terrorismo.” (EUA, 2002, p. 5, tradução nossa)⁹⁹. Para isso, Bush ressaltava a necessidade de cooperação internacional para o enfrentamento do novo inimigo que ameaçava não só os EUA, mas o mundo todo.

Meses após assumir a presidência, Bush teve de enfrentar o maior ataque terrorista já cometido em solo estadunidense. Os ataques do 11 de setembro, além da comoção internacional, serviram de impulso para novas políticas estadunidenses – ainda mais rígidas – para o combate ao terrorismo. Murray (2010) destaca que, o período pós-ataque, serviu como oportunidade para que alguns países se aproximassem dos EUA, dada a divisão maniqueísta do mundo.

Como afirmado por Bush (2001), “todas as nações, em todas as regiões, têm uma decisão a tomar. Ou você está conosco, ou você está com os terroristas.” (BUSH, 2002, p. 69, tradução nossa)¹⁰⁰. Afirmou ainda que aqueles que estavam se unindo aos EUA eram nações civilizadas. Assim como muitas outras nações, o Irã enviou suas condolências ao povo estadunidense, além de condenar os ataques realizados pela Al Qaeda (MALONEY, 2011).

Apesar da tentativa iraniana de reaproximação com os EUA e de dar um novo rumo às relações entre os países, o Irã não era uma prioridade para a política estadunidense do momento. Durante a campanha eleitoral de Bush, pouco se falou sobre o Irã. No período imediatamente após os ataques de 11/9, o Irã “continuou sendo de baixa prioridade comparado com países como Iraque ou Afeganistão.” (ASGHARIRAD, 2012, p. 27, tradução nossa)¹⁰¹.

O fato de as atenções estarem voltadas ao Iraque, baseia-se na concepção da administração de Bush de que uma mudança de regime no Irã talvez não fosse o suficiente para acabar com o projeto nuclear iraniano, mas uma mudança de regime no Iraque poderia surtir efeitos no Irã. Além disso, reconhecia-se que o Irã detinha maiores capacidades militares do que o Iraque, e que a cooperação com o governo iraniano poderia ser benéfica em troca de informações (MURRAY, 2010).

⁹⁹ “The Enemy is not a single political regime or person or religion or ideology. The enemy is terrorism.”

¹⁰⁰ “Every nation, in every region, now has a decision to make. Either you are with us, or you are with the terrorists.”

¹⁰¹ “[...] continued to be the lowest priority compared to countries like Iraq or Afghanistan.”

Entre membros da administração de Bush, de acordo com o mencionado por Murray (2010), havia um grande desentendimento a respeito das políticas para o Irã. Enquanto o Departamento de Defesa discutia a possibilidade de estender a “Guerra ao Terror” para a Síria e o Irã, o Departamento de Estado propunha um acordo com concessões ao governo iraniano em troca de informações que auxiliassem no combate ao terrorismo internacional. E essa ambivalência dentro da administração acarretou alguns equívocos nas políticas para o Irã (MALONEY, 2011).

A Guerra ao Terror, declarada por Bush em 2001, anunciava uma caça a terroristas pelo mundo que “começa com a al-Qaeda, mas não acaba aí.” (BUSH, 2001, p. 68, tradução nossa)¹⁰². A partir dos ataques do 11/9, Bush inaugurou uma nova política externa para os Estados Unidos, restabelecendo suas prioridades e alterando seu modo de agir.

Como trazido por Naji e Jawan (2011), os ataques fizeram com que os EUA alterassem seu “código geopolítico”¹⁰³, que antes focava em maximizar sua hegemonia pelo mundo, passando a se preocupar com uma guerra contra o terror de alcance global. Para Bush, seu governo “não fazia distinção entre os terroristas que cometeram esses atos e aqueles que os abrigam.” (BUSH, 2001, p. 58, tradução nossa)¹⁰⁴.

A doutrina Bush, como trazido por Asgharirad (2012), pode ser resumida a partir de 3 pontos, sendo eles: não fazer distinção entre terroristas e aqueles que os refugiam, ataques antecipatórios e difusão da liberdade e democracia como meios alternativos às ideologias extremistas.

Por esse motivo, os EUA direcionaram, primeiramente, seus esforços ao Afeganistão. Como mencionado por Thomas (2019), o regime afegão, o Talibã, protegia o líder da organização terrorista responsável pelos ataques nos EUA, Osama bin Laden, e se recusou a extraditá-lo. Frente a isso, os EUA – através de aprovações do Senado (PL 107-40) e da ONU (S/RES/1368) – lançaram uma operação militar contra o regime do Talibã.

No âmbito dos encontros realizados para negociar a paz no Afeganistão, “Irã e os Estados Unidos começaram a cooperar em um plano para atacar o Talibã”

¹⁰² “[...] begins with al-Qaeda, but it does not end there.”

¹⁰³ Segundo Naji e Jawan (2011), os códigos geopolíticos são suposições que um Estado faz, estrategicamente, a respeito de outros Estados na formação de sua política externa.

¹⁰⁴ “We will make no distinction between the terrorists who committed these acts and those who harbor them.”

(ASGHARIRAD, 2012, p. 28, tradução nossa)¹⁰⁵. Segundo Maloney (2011), o Irã tinha grande interesse em estabilizar o Afeganistão, visto que a produção e venda de drogas ameaçavam, constantemente, suas fronteiras. Além disso era também um forte opositor do regime do Talibã. Murray (2010) destaca que a ajuda iraniana na Operação Liberdade Duradoura, no Afeganistão, foi extremamente valiosa. Os auxílios logístico e político do Irã foram de suma importância para o sucesso da operação (MALONEY, 2011).

Apesar do reconhecimento, por parte da administração de Bush, do auxílio iraniano em relação ao Afeganistão, em 2002, Bush o classificou como um dos países pertencentes ao “eixo do mal”. Essa classificação veio, de acordo com Maloney (2011), logo após a administração de Bush descobrir um carregamento de armas iranianas que, supostamente, desembarcariam na Palestina.

De acordo com Bush (2002), uma das maiores ameaças ao mundo eram as armas químicas, nucleares e biológicas, que poderiam chegar às mãos de grupos terroristas, e “o Irã persegue agressivamente essas armas e exporta o terror.” (BUSH, 2002, p. 105, tradução nossa)¹⁰⁶. Além disso, a paz na Palestina era de extrema importância para os EUA, pois seria a única forma para Israel alcançar segurança (BUSH, 2002).

Em um discurso feito sobre o processo de paz no Oriente Médio, Bush afirmou que “todas as nações comprometidas com a paz devem bloquear o envio de suprimentos iranianos para esses grupos [terroristas] e se opor a regimes que promovem o terror, como o Iraque.” (BUSH, 2002, p. 136, tradução nossa)¹⁰⁷.

Em 2003, os EUA invadiram o Iraque sob alegações de que o país detinha armas de destruição em massa e que Saddam Hussein teria ligações com grupos terroristas. Entretanto, como destacado por Record (2003), não haviam evidências concretas.

Como destacado por Chomsky (2004), a nova política de Bush, que inaugurava o conceito de “guerra antecipatória” na política externa estadunidense, ainda carecia de definições precisas. Essa política consistia na autorização para que os EUA entrassem em guerra contra países que tivessem – ou estivessem desenvolvendo –

¹⁰⁵ “[...] Iran and the United States began to cooperate on a plan to attack the Taliban.”

¹⁰⁶ “Iran aggressively pursues these weapons and exports terror [...]”

¹⁰⁷ “Every nation committed to peace must block the shipment of Iranian supplies to these groups, and oppose regimes that promote terror, like Iraq.”

armas de destruição em massa. Assim, a administração de Bush pôde se aproveitar da falta de delimitação para invadir o Iraque, pois “de acordo com esse critério, virtualmente, todos os países são alvos legítimos de ataque.” (CHOMSKY, 2004, p. 167).

Entretanto, as causas da invasão iam além da questão armamentista. Chomsky (2004) afirma que a mudança de regime também não era a única explicação, mas também a promoção de uma “ação exemplar” para validar sua nova doutrina de ataques preemptivos. A escolha do Iraque se deu não só pelas já conhecidas violações aos Direitos Humanos e por ser um país estratégico, se deu também pela sua fraqueza, causada pelas sanções impostas, desde a década de 90, pelos EUA e Reino Unido.

Mesmo após ser classificado como um dos países do “eixo do mal”, ainda houve esforços por parte do governo iraniano para aprimorar suas relações com os EUA. Essa tentativa veio dois meses após a invasão estadunidense no Iraque. Assim, em 2003, o Ministro de Relações Exteriores do Irã, Kamal Kharazi, enviou uma carta para o governo estadunidense abordando todos os assuntos que ainda geravam conflitos entre as duas nações – como a questão nuclear, as sanções, a questão Palestina e o terrorismo –, propondo-se a negociá-los. Esse documento ficou conhecido como a “grande barganha”.

Naji e Jawan (2011) apontam que a cooperação iraniana, se deu pelo fato de o Irã estar cercado pela presença estadunidense no Oriente Médio – havia forças militares dos EUA no Afeganistão, em países da Ásia Central, em bases militares espalhadas por países do Golfo Pérsico e no Iraque. Por esse motivo, o Irã teria adotado uma política que visava prevenir conflitos com os EUA e seus aliados.

Entretanto, como demonstrado por Murray (2010) e Asgharirad (2012), o governo estadunidense não deu muita atenção ao documento enviado pelo Irã. Apesar de abordar assuntos de grande interesse por parte do governo dos EUA, membros da administração de Bush mostravam-se relutantes em acreditar que seria uma proposta verdadeira, sendo assim “nunca considerado seriamente nos níveis mais altos da administração de Bush.” (SLAVIN, 2007, p. 205 apud ASGHARIRAD, 2012, p. 30, tradução nossa)¹⁰⁸.

¹⁰⁸ “[...] was never seriously considered at the highest levels of the Bush administration.”

Ainda sobre a aparente falta de interesse por parte dos EUA em negociar com o Irã, Murray (2010) destaca que essa pode ter sido influenciada pela invasão no Iraque. O sucesso da investida militar teria feito com alguns agentes desencorajassem a administração “a parar e voltar sua atenção para uma exploração diplomática de alto nível e demorada com o Irã.” (MURRAY, 2010, p. 127, tradução nossa)¹⁰⁹. Além disso, os EUA não poderiam, nesse momento, negociar com um país suspeito de violar suas obrigações para com o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP), visto que essa foi uma das premissas para invadir o Iraque.

As suspeitas de que o Irã estava violando o TNP surgiram após um grupo ligado ao regime de Saddam Hussein confirmar esforços por parte da República Islâmica em fortalecer seu projeto nuclear (MALONEY, 2011). Frente a isso, a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) adotou uma resolução requisitando que o Irã suspendesse atividades que estivessem relacionadas ao enriquecimento de urânio, além de declarar todo o material utilizado para isso e permitir que inspetores conduzissem amostragens no país. (MASTERSON, 2021).

Em 2004, durante a segunda sessão do *State of the Union Address to the 108th Congress*, Bush afirma que:

[A] América e a comunidade internacional estão demandando que o Irã cumpra com seus compromissos e não desenvolva armas nucleares. A América está comprometida a manter as armas mais perigosas do mundo fora das mãos dos regimes mais perigosos. (BUSH, 2004, p. 200, tradução nossa)¹¹⁰.

No mesmo ano, a AIEA repreendeu o Irã por não cooperar com as inspeções da agência. Em resposta, o governo iraniano optou por não dar continuidade à suspensão das atividades de enriquecimento de urânio. Entretanto, após negociações com Alemanha, França e Reino Unido, o governo iraniano voltou atrás e decidiu suspender atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio. (MASTERSON, 2021).

Depois das invasões no Afeganistão e no Iraque, mais precisamente no segundo mandato de George W. Bush, de 2005 a 2009, sua administração passou a focar no Irã. Como trazido por Hadley (2010), Bush adotou uma estratégia conhecida

¹⁰⁹ “[...] stop and turn its attention to a high profile, time-intensive diplomatic exploration with Iran.”

¹¹⁰ “America and the international Community are demanding that Iran meets its commitments and not develop nuclear weapons. America is committed to keeping the world’s most dangerous weapons out of the hands of the most dangerous regimes.”

como “*two clocks*”. Essa estratégia focava, primeiramente, na tentativa de retomar ao período quando o regime iraniano tinha caminhos claros para seu projeto nuclear. E, em segundo, influenciar uma mudança de regime que suspendesse as ambições nucleares do Irã.

No que tange à tentativa de desestimular o governo iraniano a dar continuidade ao seu projeto nuclear, os EUA e outros países da Europa, trabalharam, através de organizações, ou até mesmo de negociações diretas para convencer o governo iraniano. De acordo com Hadley (2010), o Irã tinha duas opções: desistir ou continuar com seu projeto. Caso desistisse:

A comunidade internacional responderia com diplomacia, e benefícios econômicos e de segurança. Isso incluiria o relaxamento das sanções econômicas existentes e apoio internacional para um verdadeiro programa nuclear civil pacífico, incluindo o fornecimento de combustível nuclear para que o Irã não precisasse de instalações de enriquecimento. (HADLEY, 2010, s.p., tradução nossa)¹¹¹.

Mas caso continuasse, o Irã seria isolado diplomaticamente, além de sofrer com o aumento das sanções e estar ainda mais vulnerável a ações militares. No que diz respeito ao objetivo de mudança de regime no Irã, os EUA passaram a investir em transmissões internacionais e programas de intercâmbio culturais e educacionais no Irã. Asgharirad (2012) afirma que, durante o segundo mandato de Bush, mais de US\$200 milhões foram investidos em políticas de mudança de regime para o Irã.

Em 2005, Ahmadinejad foi eleito como novo presidente iraniano, trazendo mudanças na condução da política externa do país. Segundo Naji e Jawan (2011), Ahmadinejad visava restabelecer a política externa iraniana baseando-se nos princípios revolucionários. Para os autores, “essa política também era uma resposta e reação para as políticas ameaçadoras dos EUA durante os últimos anos.” (NAJI; JAWAN, 2011, p. 237, tradução nossa)¹¹². Asgharirad (2012) afirma que Ahmadinejad era conhecido por suas fortes críticas contra a presença estadunidense no Oriente Médio.

¹¹¹ “[...] the international community would respond with substantial diplomatic, economic and security benefits. These would include the relaxation of existing economic sanctions and active international support for a truly peaceful civilian nuclear program, including the supply of nuclear fuel so Iran would not need an enrichment facility.”

¹¹² “It should be considered that this policy was also a response and reaction to the threatening policies of the U.S. during the past years.”

As mudanças na política externa, o projeto nuclear e a reaproximação do Irã com grupos como Hezbollah, Hamas e grupos xiitas no Iraque fizeram com que as relações entre EUA e Irã se deteriorassem cada vez mais. A respeito dessa reaproximação, Bush, em 2006, durante o 109º *State of the Union*, afirmou que o regime iraniano “patrocina terroristas em territórios palestinos e no Líbano – e isso precisa chegar ao fim.” (BUSH, 2006, p. 340, tradução nossa)¹¹³.

Além disso, Ahmadinejad optou por dar continuidade às atividades nucleares no Irã. Hadley (2010) menciona que, logo após assumir a presidência, Ahmadinejad acusou diplomatas iranianos que negociaram o Acordo de Paris de traição. Ainda em 2005, França, Alemanha e Reino Unido suspendem negociações com o Irã, após confirmação da produção de urânio no país. (MATERSON, 2021).

Em concordância com seus objetivos, em 2006, o Irã anunciou ter enriquecido urânio pela primeira vez. No mesmo ano, em junho, China, França, Alemanha, Rússia, Reino Unido e os Estados Unidos propuseram negociar com o Irã para que o país suspendesse suas atividades relacionadas ao enriquecimento de urânio.

Alguns autores, assim como Rogers (2005), entendem o projeto nuclear iraniano como um modo de defesa encontrado pelo país para se proteger da ameaça estadunidense no Oriente Médio, visto que ainda se encontra cercado por militares estadunidenses no Iraque, no Afeganistão e em outros países do Golfo Pérsico. Além disso, Rogers (2005) traz que os EUA começaram, através do uso de drones, a analisar o território iraniano para coletar informações a respeito de instalações nucleares.

Frente ao avanço do projeto nuclear iraniano, os Estados Unidos impuseram uma série de sanções que visavam isolar, financeiramente, proliferadores de armas de destruição em massa. As sanções atingiram diversos bancos e empresas iranianas.

Pode ser citado como exemplo a E.O.13382 que além de congelar os ativos dos designados, proibia também qualquer transação com pessoas nos EUA (EUA, 2005). Outra política adotada durante a administração de Bush a respeito do Irã foi a renovação da situação de emergência nacional a respeito do Irã (FEDERAL, 2009). A situação de emergência foi declarada em 1995 e continuada por Bush durante todo o seu mandato.

¹¹³ “[...] sponsors terrorists in the Palestinian territories and in Lebanon – and that must come to an end.”

Além das sanções estadunidenses, no âmbito da ONU foram aprovadas 4 sanções direcionadas ao governo iraniano. Resoluções como a S/RES/1737, S/RES/1747, S/RES/1803 e S/RES/1929 impunham sanções contra o governo iraniano por não cumprir com a suspensão de atividades de enriquecimento de urânio.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O principal objetivo desta pesquisa é o de compreender os impactos das administrações presidenciais estadunidenses e da Revolução Iraniana na relação entre Estados Unidos e Irã. Após apresentar as mudanças trazidas pela Revolução Iraniana ao Irã e analisar o impacto delas em cada administração estadunidense compreendida entre os anos de 1979 e 2009, podemos constatar que a hipótese inicial de que as mudanças advindas da Revolução Iraniana e as respostas das administrações estadunidenses frente a elas levaram a uma deterioração das relações entre os dois países. Assim, as relações que já haviam sido abaladas pelo despreço ao Ocidente pregado na Revolução, foram ainda mais afetadas pelo temor e a desconfiança por parte dos EUA perante o Irã pós-revolução.

Essa postura revolucionária iraniana se deu a partir das diversas interferências de potências ocidentais como EUA e Grã Bretanha em assuntos internos do Irã, como por exemplo o golpe de 1953, orquestrado pela CIA, que derrubou o primeiro-ministro, Mohammed Mossadegh. Dessa forma, o processo revolucionário iraniano defendia o combate a práticas imperialistas em seu território.

As políticas agressivas – tanto de cunho econômico quanto militar – adotadas pelos EUA no Oriente Médio para combater o terrorismo internacional – mais enfaticamente após setembro de 2001 – e para preservar seu acesso aos recursos energéticos da região geraram desconfiança e despreço por parte de alguns países do Oriente Médio, como o Irã, que atribui a instabilidade local à política imperialista dos EUA.

Além da Revolução Iraniana, os mandatos presidenciais também tiveram grande impacto na condução das relações entre Estados Unidos e Irã. Cada presidente estadunidense, apesar de concordar com a importância estratégica da região do Golfo, agiu de forma distinta em relação ao Irã, ou seja, responderam conforme a agenda internacional pautava os acontecimentos e o cenário se alterava, trazendo momentos de aproximação e afastamento entre os atores.

Frente a isso, alguns optaram por conduzir as relações de maneira mais rígida, através do fortalecimento de sanções econômicas e até mesmo através de acusações públicas, como foi o caso de George W. Bush ao declarar o Irã como integrante do Eixo do Mal e após intensificar as sanções econômicas contra o Irã no fim de seu mandato, mais precisamente, após a eleição de Ahmadinejad no Irã. Enquanto outros

optaram por relaxar medidas restritivas, a fim de alcançarem novas tratativas com o governo iraniano, como foi o caso da administração de Bill Clinton em seu final.

Enquanto aliados, os EUA perdoavam – ou até negavam que aconteciam – violações aos Direitos Humanos no Irã durante o governo do xá, que o próprio governo estadunidense recolocou no poder com o golpe de 1953. Além disso, apesar de terem rompido relações diplomáticas com o Irã durante o governo de Jimmy Carter, os Estados Unidos voltaram a negociar com agentes do governo iraniano em troca de ajuda com os reféns do Hezbollah. Assim, podemos notar que, quando é conveniente, os Estados Unidos estão dispostos a adotar uma postura pragmática diante de seus adversários, tolerando violações e até mesmo a mudança de postura em prol do alcance de seus objetivos imediatos.

Apesar de algumas administrações divergirem em aspectos pontuais, como por exemplo na adoção de políticas como a da dupla contenção, ou de contenção através de um maior engajamento com o Iraque, cabe ressaltar que sempre esteve claro que os Estados Unidos não estavam dispostos a perder influência no Oriente Médio em detrimento do expansionismo de uma potência regional.

Destaca-se que a Revolução Iraniana foi encarada com muito temor e desconfiança por parte dos EUA. Em grande medida, por temerem que a expansão do modelo teocrático de governo iraniano para outros países do Oriente Médio colocasse em risco seu acesso às reservas petrolíferas do Golfo, visto que, desde a Segunda Guerra Mundial, reconhecem sua forte dependência para com o petróleo internacional.

Nesse sentido, as rasas tentativas de reconciliação, fundamentadas em discursos que nem sempre vieram a se concretizar através de políticas por parte das administrações estadunidenses para com o Irã, expõe a divergência que existia entre membros e entre as próprias administrações. Como exposto no decorrer do trabalho, por vezes, alguns membros do governo destacavam, através de seus discursos, o desejo em aprimorar as relações com o Irã, mas eram contidos por membros internos, como o próprio Congresso, como foi o caso de administrações como a de Ronald Reagan e George H. W. Bush.

Outro ponto que chama atenção é a desconfiança estadunidense para com o projeto nuclear iraniano. Acusado, principalmente durante a administração de George W. Bush, e fortemente combatido através de sanções por, supostamente, não ter fins pacíficos, o projeto nuclear iraniano causou inúmeras divergências entre os dois

países. Cabe ressaltar o tratamento diferenciado dado ao Irã em relação a outros Estados que se encontravam em condições similares, como é o caso da negociação de um acordo nuclear com a Coreia do Norte em 1994, mesmo período em que atacava e condenava veementemente o projeto nuclear iraniano.

Além das divergências entre membros do governo, houve também a divergência entre a opinião popular e as políticas adotadas pelos EUA. Enquanto o povo estadunidense relutava por uma participação mais ativa dos EUA no mundo, devido à derrota no Vietnã, as administrações aqui analisadas buscavam garantir o acesso aos recursos do Oriente Médio e para isso, projetavam-se cada vez mais nas questões da região, mediando acordos de paz e em invasões como nos casos do Afeganistão e no Iraque. Como mostrado no trabalho, alguns presidentes, como Jimmy Carter, justificavam suas ações no Oriente Médio através da necessidade em difundir a liberdade e a democracia, bem como garantir a defesa dos Direitos Humanos, a fim de conquistar o apoio interno.

Também foi possível notar que, em alguns momentos cruciais para a relação entre os dois países, os EUA acabaram marginalizando o Irã e priorizando outras questões de política externa, como por exemplo nas administrações de Jimmy Carter e George W. Bush. Enquanto Carter se preocupava com a ameaça do expansionismo soviético no Oriente Médio, uma revolução se organizava no Irã, emergindo como um grande choque para os EUA. Já na administração de George W. Bush, as tentativas de reaproximação do Irã não foram aproveitadas, sendo o descaso para com a “grande barganha” um exemplo disso.

Outro fator que traz implicações para a relação EUA e Irã é o costume estadunidense de “demonizar” seus adversários, como tratado por Pillar (2016). Essa postura ficou ainda mais evidente quando Bush criou uma divisão, quase que maniqueísta, na comunidade internacional após afirmar que as nações teriam que escolher um lado, ou lado dos Estados Unidos ou lado do “Eixo do Mal”. O processo de demonização causa um temor e preconceito que se tem para com alguns países do Oriente Médio e que se intensificaram, principalmente após as políticas adotadas na guerra contra o terror.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFGHANISTAN. Human Crisis Watch, v. 13, n. 3., 2001. Disponível em: <https://www.hrw.org/reports/2001/afghan2/Afghan0701.pdf>. Acesso em: 31 mar. 2021.

ALGAR, Hamid. **Roots of the Islamic Revolution**. 1. ed. rev. e aum. Nova Iorque: Islamic Publications International, 2001. ISBN: 889999-26-1.

ASGHARIRAD, Javad. **U.S. Public diplomacy towards Iran during the George W. Bush era**. 2012. Tese (Doutorado em Filosofia) – Freie Universität Berlin, Berlin, 2012. Disponível em: https://refubium.fu-berlin.de/bitstream/handle/fub188/7089/Asgharirad-_Dissertation-_Final_Manuscript-_July_10.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 3 mar. 2021.

AYOOB, Mohammed; Wells, Samuel F. **The security problematic of the Third World**. World Politics, v. 43, n. 2, 1991, p. 257-283. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/2010473?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents. Acesso em: 17 nov. 2020.

BACEVICH, Andrew J. **The new American militarism: how Americans are seduced by war**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005. 270 p.

BALDWIN, David. **Neorealism and Neoliberalism: The Contemporary Debate**. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993.

BAXTER, Kylie; AKBARZADEH, Shahram. **U.S. foreign policy in the Middle East: the roots of anti-Americanism**. Oxon Hill: Routledge, 2008. Disponível em: <http://www.shahram-akbarzadeh.com/wp-content/uploads/2018/07/USForeignPolicyintheMiddleEast.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2021.

BETTS, Alexander. EAGLETON-PIERCE, Matthew. ROEMER-MAHLER, Anne. **Editorial Introduction: The International Politics of Oil**. St. Antony's International Review, v. 2, n. 1, 2006, p. 3-10. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/26227020?seq=1#metadata_info_tab_contents. Acesso em: 29 nov. 2020.

BIRMAN, Joel. **A espiritualidade política na modernidade: A leitura de Foucault sobre as transformações políticas no Irã**. Rio de Janeiro: Revista Epos, v. 6, n. 2, p. 200-219, 2015. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2015000200011#:~:text=2015&text=O%20objetivo%20deste%20trabalho%20%C3%A9,da%20for%C3%A7a%20militar\)%20e%20sociedade](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2015000200011#:~:text=2015&text=O%20objetivo%20deste%20trabalho%20%C3%A9,da%20for%C3%A7a%20militar)%20e%20sociedade). Acesso em: 8 abr. 2021.

BROWN, Ronald H. **Memorandum for the assistant to the president for national security affairs**. Washington DC: Secretary of Commerce, 1993. Disponível em: <https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/49429>. Acesso em: 30 mar. 2021.

BRULIN, Remi. **Constructing “Terrorism”**: contradictory discourses of the Reagan years. Reino Unido: E-International Relations. Disponível em: <https://www.e-ir.info/2018/01/25/constructing-terrorism-contradictory-discourses-of-the-reagan-years/>. Acesso em: 3 mar. 2021.

BRZEZINSKI, Zbigniew; GATES, Robert Michael; MALONEY, Suzanne. **Iran: time for a new approach**: report of an independent task force sponsored by the Council of Foreign Relations. Nova Iorque: Council of Foreign Relations, 2004, 101 p.

BUSH, G. W. **Selected speeches of President George W. Bush 2001-2008**. [S.l.] 2001-2008. Disponível em: https://georgewbush-whitehouse.archives.gov/infocus/bushrecord/documents/Selected_Speeches_George_W_Bush.pdf. Acesso em: 3 abr. 2021.

BUSH, G. H. W. **January 20, 1989**: Inaugural Address. University of Virginia: Miller Center, 1989. Disponível em: <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-20-1989-inaugural-address>. Acesso em: 23 mar. 2021.

BUSH, G. H. W. **MT350 and MT351 State of the Union Address – 31 January 1990**. The Bush Library, 2018. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=vnzvZNFuQlw&ab_channel=TheBushLibrary. Acesso em: 22 mar. 2021.

BUSH, G. H. W. **State of the Union Address**. University of Virginia: Miller Center, 1992. Disponível em: <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-28-1992-state-union-address>. Acesso em: 22 mar. 2021.

CANNON, Lou. **Ronald Reagan**: foreign affairs. University of Virginia: Miller Center, [S.d] Disponível em: <https://millercenter.org/president/reagan/foreign-affairs>. Acesso em: 4 mar. 2021.

CARTER, Jimmy. **Jimmy Carter toasts the Shah**. 1977. (08m06s). Disponível em: <http://vandvreader.org/jimmy-carter-toasts-the-shah-31-december-1977/>. Acesso em: 20 jan. 2021.

CARTER, Jimmy. **State of the Union Address 1980**. Washigton, 1980. Disponível em: <https://www.jimmycarterlibrary.gov/assets/documents/speeches/su80jec.phtml>. Acesso em: 21 jan. 2021.

CHOMSKY, Noam. **After the Cold War**: U.S. foreign policy in the Middle East. Cultural Critique, n. 19, 1991, p. 14-31. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1354305?seq=1>. Acesso em: 18 out. 2020.

CHOMSKY, Noam. **Verdades e mitos sobre a invasão do Iraque**. Socialist Register, 2004. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/social/2004pt/07_chomsky.pdf. Acesso em: 5 abr. 2021.

CLINTON, Bill. **January 20, 1993: First Inaugural.** University of Virginia: Miller Center, 1993. Disponível em: <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-20-1993-first-inaugural>. Acesso em: 26 mar. 2021.

CLINTON, Bill. **January 25, 1994: State of the Union Address.** University of Virginia: Miller Center, 1994. Disponível em: <https://millercenter.org/the-presidency/presidential-speeches/january-25-1994-state-union-address>. Acesso em: 30 mar. 2021.

CLINTON, Bill. **World Jewish congress dinner.** Nova Iorque, 1995. Disponível em: <https://www.c-span.org/video/?64864-1/world-jewish-congress-dinner>. Acesso em: 1 abr. 2021.

COSTA, Renatho. **Os aiatolás e o receio da República Islâmica do Irã.** São Paulo: Porto de Idéias, 2017. ISBN: 978-85-8061-126-7.

DELAVARI, Abul Fazl. **The Islamic Revolution of Iran: a sociological study.** Teerã: Alhoda Publishers, 2001. ISBN: 964-472-307-4. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=dyRmUvf7bRMC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 6 abr. 2021.

DEMIRCI, Suleyman. **The Iranian Revolution and Shia Islam: the role of Islam in the Iranian Revolution.** [S.l.]: International Journal of History, v. 5, n. 3, 2013, p. 37-48. Disponível em: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/45583544/The_Iranian_Revolution_and_Shia_Islam_-_The_Role_of_Islam_in_the_Iranian_Revolution.pdf?1463093001=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DThe_Iranian_Revolution_and_Shia_Islam_Th.pdf&Expires=1617736890&Signature. Acesso em: 6 abr. 2021.

DUMBRELL, John. **The Bush administration: U.S. public diplomacy and Iran.** Durham: Durham University, 2007. Disponível em: <https://dro.dur.ac.uk/4123/1/51832.pdf>. Acesso em: 24 mar. 2021.

DUMBRELL, John. **Clinton's foreign policy: between the Bushes, 1992 – 2000.** Nova Iorque: Routledge, 2009. ISBN: 0-203-00789-1.
EIA – U.S. Energy Information Administration. **Kuwait: overview.** [S.l.], 2016. Disponível em: <https://www.eia.gov/international/analysis/country/KWT>. Acesso em: 16 mar. 2021.

ENGEL, Jeffrey A. **Better world... but don't get carried away: the foreign policy of George H. W. Bush twenty years on.** Diplomatic History, v. 34, n. 1, 2010, p. 25-46. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/24916032?seq=1>. Acesso em: 24 mar. 2021.

EUA. **Declassified documents concerning Iran.** [S.l.], 1999. Disponível em: <https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/101146>. Acesso em: 30 mar. 2021.

EUA. **Executive Order 12959 of May 6, 1995.** Prohibiting certain transactions with respect to Iran. Federal Register, Washington: Federal Register, 1995, v. 60, n. 89. Disponível em: <https://home.treasury.gov/system/files/126/12959.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2021.

EUA. **Executive Order 13382 of June, 28, 2005.** Blocking property of weapons of mass destruction proliferators and their supporters. The White House, Washington: Federal Register, 2005. Disponível em: <https://fas.org/irp/offdocs/eo/eo-13382.htm>. Acesso em: 4 abr. 2021.

EUA. **H.R. 5434 of June 18, 1992.** Iran-Iraq Arms Non-Proliferation Act of 1992. Washington DC: 102nd Cong., 1992. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/102nd-congress/house-bill/5434/text>. Acesso em: 27 mar. 2021.

EUA. **H.R.3107 of March 19, 1996.** Iran and Libya Sanctions Act of 1996. Washington DC: 104th Cong., 1996. Disponível em: <https://www.congress.gov/bill/104th-congress/house-bill/3107/text>. Acesso em: 30 mar. 2021.

EUA. **Declassified Documents Concerning Iran.** National Security Council: Clinton Digital Library, [s.d.]. Disponível em: <https://clinton.presidentiallibraries.us/items/show/101146>. Acesso em: 30 mar. 2021.

EUA. **Legislation to combat international terrorism:** 98th Congress. Washington, 1984. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=7FrfCkKB9t8C&printsec=frontcover&source=gb_s_book_other_versions_r&redir_esc=y#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 3 mar. 2021.

EUA. **National Security Directive 3.** Washington, 1989. Disponível em: <https://bush41library.tamu.edu/files/nsd/nsd3.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

EUA. **National Security Directive 26.** Washington, 1989. Disponível em: <https://fas.org/irp/offdocs/nsd/nsd26.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2021.

EUA. **National Security Strategy of Engagement and Enlargement.** 1994. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss1994.pdf?ver=YPdbuschbfpPz3tyQQxaLg%3d%3d>. Acesso em: 29 mar. 2021.

EUA. **National Security Strategy of the United States.** Washington DC., 1990. Disponível em: <https://history.defense.gov/Portals/70/Documents/nss/nss1990.pdf?ver=x5cwOOez0oak2BjhXekM-Q%3d%3d>. Acesso em: 26 mar. 2021.

EUA. **The National Security Strategy of the United States of America.** Washington DC., 2002. Disponível em: <https://20092017.state.gov/documents/organization/63562.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2021.

FATWA. In: Cambridge Advanced Learner's Dictionary & Thesaurus. Cambridge: Cambridge University Press, [S.d.]. Disponível em: <https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/fatwa>. Acesso em: 7 abr. 2021.

FAYAZMANESH, Sasan. **The United States and Iran: sanctions, wars, and the policy of dual containment**. Nova Iorque: Routledge, 2008. ISBN 0-203-94620-0.

FEDERAL Register: The daily journal of the United States government: sanctions with respect to Iran. [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <https://www.federalregister.gov/documents/search?conditions%5Bterm%5D=SANCTIONS+WITH+RESPECT+TO+IRAN&order=oldest>. Acesso em: 4 abr. 2021.

FIGUEIRA, Ariane Roder. **Introdução à Análise de Política Externa**. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2011. Disponível em: <https://aintropol.files.wordpress.com/2014/05/figueira-introduc3a7c3a3o-a-anc3a1lise-de-polc3adtica-externa.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2020.

FUSER, Igor. **O petróleo e o envolvimento militar dos Estados Unidos no Golfo Pérsico (1945-2003)**. Orientador: Luís Fernando Ayerbe. 2005. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – UNESP, São Paulo. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/96295/fuser_i_me_mar.pdf?sequence=1. Acesso em: 11 abr. 2021.

GADDIS, John Lewis. **International Relations Theory and the end of the Cold War**. Londres: International Security, v. 17, n. 3, 1992, p. 5-58. Disponível em: <https://www.stat.berkeley.edu/~aldous/157/Papers/gaddis.pdf>. Acesso em: 1 dez. 2020.

GERNER, Deborah J. The evolution of the study of foreign policy. In: NEACK, Laura; HEY, Jeanne A. K.; HANEY, Patrick J. **Foreign policy analysis: continuity and change in its second generation**. 1 ed. Nova Jersey: Prentice Hall, 1995. v. 1, cap. 2, p. 17 – 32. ISBN: 0-1 3-060575-1

GILBERT, Robert E. **The politics of presidential illness: Ronald Reagan and the Iran-Contra scandal**. Politics and the Life Sciences, [s.l.], v. 33, n. 2, p. 58-76, 2014. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24893594?read-now=1&refreqid=excelsior%3Acbf7bbe79c55724d35113913e244889&seq=6#page_scan_tab_contents. Acesso em: 2 mar. 2021.

GLASER, Charles L. **How oil influences U.S. national security**. International Security, v. 38, n. 2, 2013, p. 112-146. Disponível em: <https://direct.mit.edu/isec/article/38/2/112/12091/How-Oil-Influences-U-S-National-Security>. Acesso em: 1 dez. 2020.

HADLEY, Stephen J. **The George W. Bush administration**. The Iran Primer, 2010. Disponível em: <https://iranprimer.usip.org/resource/george-w-bush-administration>. Acesso em: 3 abr. 2021.

HAGAN, Joe D. The evolution of the study of foreign policy. *In*: NEACK, Laura; HEY, Jeanne A. K.; HANEY, Patrick J. **Foreign policy analysis: continuity and change in its second generation**. 1 ed. Nova Jersey: Prentice Hall, 1995. v. 1, cap. 8, p. 117 – 143. ISBN: 0-1 3-060575-1

HALABI, Yakub. **U.S. Foreign policy in the Middle East: from crises to change**. 1 ed. Farnham: Ashgate Publishing, 2009. ISBN 978-0-7546-7524-2.

HOUGHTON, David Patrick. **U.S. foreign policy and the Iran hostage crisis**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Zw18f_uonosC&oi=fnd&pg=PR9&dq=jimmy+carter+foreign+policy+&ots=xyw8XWqAcw&sig=VOmw9xqvUKSyjOpGJEgt8JOG7Mc#v=onepage&q=jimmy%20carter%20foreign%20policy&f=true. Acesso em: 21 fev. 2021.

HOWARD, Roger. **Iran oil: The new Middle East challenge to America**. Nova Iorque: I.B. Tauris, 2007.

HUDSON, Valerie M; VORE, Christopher S. **Foreign policy analysis yesterday, today, and tomorrow**. *Mershon International Studies Review*, v. 39, n. 2, 1995, p. 209-238. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/222751?seq=1>. Acesso em: 1 dez. 2020.

IBRAHIM, Ahmed Bahaa El-Din. **A study in multilateral diplomacy: the Madrid Conference (1991), and after**. 2006. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Leicester, Leicester, 2006. Disponível em: https://leicester.figshare.com/articles/thesis/A_study_in_multilateral_diplomacy_the_Madrid_conference_1991_and_after/10145183/1. Acesso em 25 mar. 2021.

IRÃ. [Constituição (1979)]. **The Constitution of the Islamic Republic of Iran**. Teerã, 1979. Disponível em: <https://en.parliran.ir/eng/en/Constitution>. Acesso em: 8 abr. 2021.

KISSINGER, Henry. **American foreign policy: three essays**. Nova Iorque: Norton, 1969. Disponível em: <https://archive.org/details/americanforeignp00kiss/page/n5/mode/1up>. Acesso em: 22 jan. 2021.

LAMEIRAS, Leonardo Diniz. Convergências entre o Realismo Neoclássico e os Jogos de Dois Níveis na Análise de Política Externa. **Revista de Estudos Internacionais**, Brasília, v. 8, ed. 1, p. 135-149, 2017. Disponível em: <http://www.revistadeestudosinternacionais.com/uepb/index.php/rei/article/view/269>. Acesso em: 1 dez. 2020.

LAYNE, Christopher. The war on terrorism and the balance of power: The paradoxes of American Hegemony. *In*: PAUL, T.V; WIRTZ, J.J.; FORTMANN, Michel. **Balance of power: theory and practice in the 21st century**. Stanford: Stanford University Press, 2004, p. 103-126. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5237065/mod_folder/content/0/Paul%20%20T.V.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 27 nov. 2020.

LEMKE, Douglas. **Regions of War and Peace**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LEIP, David. **David Leip's atlas of U.S. presidential elections**: United States presidential election results. Washington, [S.d.] Disponível em: <https://uselectionatlas.org/RESULTS/index.html>. Acesso em: 10 mar. 2021.

MACKEY, Sandra. **Os iranianos**: Pérsia, Islã e alma de uma nação. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2008. 396 p. ISBN: 978-85-7011-416-7.

MALONEY, Suzanne. **U.S. policy toward Iran since 9/11**. [S.l.]: Politique étrangère, n. 3, 2011, p. 573-585. Disponível em: https://www.cairn-int.info/article-E_PE_113_0573--us-policy-toward-iran-since-9-11.htm?contenu=article. Acesso em: 3 mar. 2021.

MATERSON, Julia. **Timeline of nuclear diplomacy with Iran**. Arms Control Association, 2021. Disponível em: <https://www.armscontrol.org/factsheets/Timeline-of-Nuclear-Diplomacy-With-Iran>. Acesso em: 5 abr. 2021.

MEARSHEIMER, John J. **The tragedy of great power politics**. Nova Iorque: Norton & Company, 2001. 555 p. Disponível em: <https://samuelbhfauredotcom.files.wordpress.com/2015/10/s2-mearsheimer-2001.pdf>. Acesso em: 17 set. 2020.

MEARSHEIMER, John J. **The false promise of international institutions**. *International Security*: The MIT Press, v. 19, n. 3, 1994-1995, p. 5-49. Disponível em: http://www.guillaumenicaise.com/wp-content/uploads/2013/10/mearsheimer_The-False-Promise-of-International-Institutions.pdf. Acesso em: 23 set. 2020.

MICHAELS, Jeffrey H. **Dysfunctional doctrines? Eisenhower, Carter and U.S. military intervention in the Middle East**. *Political Science Quarterly*, v. 126, n. 3, 2011, p. 465 – 492. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/23056955?read-now=1&refreqid=excelsior%3Ab5958b5cf7cb1f99b36e2b2c17b67634&seq=21#page_scan_tab_contents. Acesso em: 03 fev. 2021.

MORGAN, Dan; OTTAWAY, David B. **U.S. won't bar pipeline across Iran**. *The Washington Post*, 1997. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/archive/politics/1997/07/27/us-wont-bar-pipeline-across-iran/aa21de38-3158-4bcb-b6b4-910a678c2e43/>. Acesso em: 2 abr. 2021.

MORLEY, Morris H. **Crisis and confrontation**: Ronald Reagan's foreign policy. Nova Jersey: Rowman & Littlefield, 1988. 258 p. ISBN: 0-8476-7432-0. Disponível em: https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=L_wpEigg7XAC&oi=fnd&pg=PA1&dq=ronald+reagan+foreign+policy&ots=VGgpySOCzG&sig=LGKqOfGIFJ3Q1pZq-ncT80tDWwU#v=onepage&q&f=false. Acesso em: 4 mar. 2021.

MUELLER, Karl P. *et al.* **Striking First**: preemptive and preventive attack in U.S. national security policy. California: RAND Corporation, 2006. Disponível em:

https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2006/RAND_MG403.pdf. Acesso em: 11 abr. 2021.

MURRAY, Donette. **U.S. Foreign policy and Iran: American – Iranian relations since the Islamic revolution**. Nova Iorque: Routledge, 2010. 272 p. ISBN 0-203-87443-9.

NADER, Alireza et al. **Iran's influence in Afghanistan: implications for the U.S. drawdown**. California: RAND Corporation, 2014. Disponível em: https://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/research_reports/RR600/RR616/RAND_RR616.pdf. Acesso em: 25 mar. 2021.

NAJI, Saeid; JAWAN, Jayum Anak. **The U.S. geopolitical codes and its influences on the U.S.-Iran relations: the case of George W. Bush's presidency**. Canadian Center of Science and Education: Journal of Politics and Law, v. 4, n. 1, 2011, p. 231-241. Disponível em: <http://www.ccsenet.org/journal/index.php/jpl/article/view/6985>. Acesso em: 30 mar. 2021.

OECD – The Observatory of Economic Complexity. **United States (USA) and Iran (IRN) trade**. [S.l.], [S.d.]. Disponível em: <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/usa/partner/irn?dynamicBilateralTradeSelector=year2000>. Acesso em: 4 mar. 2021.

ONEA, Tudor A. **U.S. foreign policy in the post-Cold War era: restraint versus assertiveness from George H. W. Bush to Obama**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2013. 268 p. Disponível em: https://cloudflare-ipfs.com/ipfs/bafykbzacecwrlf7u3bhdhblalbt17vfmbe3hkkgokmkvccoryji2qrnyrqchi?filename=Tudor%20A.%20Onea%20-%20US%20Foreign%20Policy%20in%20the%20Post-Cold%20War%20Era_%20Restraint%20versus%20Assertiveness%20from%20George%20H.W.%20Bush%20to%20Barack%20Obama%20%282013%29.pdf. Acesso em: 23 mar. 2021.

ONU. **Security Council resolution 678 (1990)**. Authorizing Member States to use all necessary means to implement Security Council resolution 660 (1990) and all relevant solutions. Nova Iorque, 1990. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/102245>. Acesso em: 7 abr. 2021.

ORGANSKI, A.F.K. **World Politics**. Nova Iorque: Alfred A. Knopf, 1958. 474 p.
PAINTER, David S. **Oil and Geopolitics: the oil crisis of the 1970s and the Cold War**. Historical Social Research, GESIS – Leibniz Institute for the Social Sciences, v. 39, n. 4 (150), p. 186-208, 2014. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24145533?read-now=1&refreqid=excelsior%3Abee29af5624917865270f5ce60db89ee&seq=13#page_scan_tab_contents. Acesso em: 20 mar. 2021.

PARSA, Misagh. **Social origins of the Iranian Revolution**. Nova Jersey: Rutgers University Press, 1989. ISBN: 0-8315-1412-6.

PACH, Chester. **The Reagan doctrine: principle, pragmatism, and policy.** *Presidential Studies Quarterly*, v. 36, n. 1, 2006, p. 75-88. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/27552748?read-now=1&refreqid=excelsior%3Ab1302e23bab8270c3a8e5db226ade9fe&seq=14#page_scan_tab_contents. Acesso em: 3 mar. 2021.

PAUL, T.V; WIRTZ, J.J.; FORTMANN, Michel. **Balance of power: theory and practice in the 21st century.** Stanford: Stanford University Press, 2004. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5237065/mod_folder/content/0/Paul%20%20T.V.pdf?forcedownload=1. Acesso em: 21 set. 2020.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **A política externa dos Estados Unidos: continuidade ou mudança?** 3 ed. ampl. e atual. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2011, 520 p. ISBN: 978-85-386-0118-0.

PILLAR, Paul R. **The role of Villain: Iran and U.S. foreign policy.** *Political Science Quarterly*, v. 131, n. 2, 2016, p. 365-385.

POWASKI, Ronald E. **Ideals, Interests, and U.S. Foreign policy from George H. W. Bush to Donald Trump.** 1 ed. Londres: Palgrave Macmillan, 2019. 304 p. ISBN 9783319972947.

PUTNAMM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: The logic of Two-Level games. **International Organization**, Massachusetts: MIT Press, v. 42, n. 3, 1988, p. 427-460. Disponível em: <https://www.law.upenn.edu/live/files/5154-putnamdiplomacy-and-domestic-politicspdf>. Acesso em: 24 maio 2020.

REAGAN, Ronald. **State of the Union: president Reagan's State of the Union speech – 2/6/85.** Reagan Foundation, 2009. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=q2hx19SLNHo&ab_channel=ReaganFoundation. Acesso em: 3 mar. 2021.

REAGAN, Ronald. **Statement by president Reagan (the Reagan Plan).** [S./], 1982. Disponível em: <https://mfa.gov.il/MFA/ForeignPolicy/MFADocuments/Yearbook6/Pages/67%20State%20ment%20by%20President%20Reagan%20-The%20Reagan%20Plan-.aspx>. Acesso em: 3 mar. 2021.

REAGAN, Ronald. **Remarks at the Annual Convention of the American Bar Association.** Ronald Reagan Presidential Library & Museum, 1985. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.gov/archives/speech/remarks-annual-convention-american-bar-association>. Acesso em: 3 mar. 2021.

RECORD, Jeffrey. **The Bush doctrine and war with Iraq.** *The US Army War College Quarterly: Parameters*, v. 33, n. 1, p. 1 -21, 2003. Disponível em: <https://press.armywarcollege.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=2135&context=parameters>. Acesso em: 5 abr. 2021.

ROGERS, Paul. **The second Bush administration and US policy towards Iran.** The International Journal of Humanities, v. 12, n. 1, 2005. Disponível em: <https://eijh.modares.ac.ir/article-27-4196-en.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2021.

RUSSELL, Edward T. **Crisis in Iran: operation Eagle Claw.** [S.l.], 1978-1980. Disponível em: <https://media.defense.gov/2012/Aug/23/2001330106/-1/-1/0/Eagleclaw.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2021.

SCIOLINO, Elaine. **Christopher proposes tighter curbs on trade with Iran.** Nova Iorque: The New York Times, 1995. Disponível em: <https://www.nytimes.com/1995/04/01/world/christopher-proposes-tighter-curbs-on-trade-with-iran.html>. Acesso em 29 mar. 2021.

SCHMITZ, David F; WALKER, Vanessa. **Jimmy Carter and the foreign policy of human rights: the development of a post-Cold War foreign policy.** Diplomatic History, v. 28, n. 1, 2004, p. 113-143. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/24914773?Search=yes&resultItemClick=true&searchText=jimmy+carter+foreign+policy&searchUri=%2Faction%2FdoBasicSearch%3FQuery%3Djimmy%2Bcarter%2Bforeign%2Bpolicy&ab_segments=0%2Fbasic_SYC-5187_SYC-5188%2Fcontrol&refreqid=fastly-default%3A7239272ebd389cfa94050cb025993bd1&seq=1. Acesso em: 26 jan. 2021.

SCHWELLER, Randall R. **Unanswered threats: political constraints on the balance of power.** Nova Jersey: Princeton University Press, 2006.

SELIKTAR, Ofira. **Navigating Iran: from Carter to Obama.** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2012. 224 p. ISBN 978-1-349-34079-8

SHADMEHR, Mehdi. **Khomeini's theory of Islamic State and the making of the Iranian Revolution.** Chapel Hill: University of North Carolina. 2017. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3037793. Acesso em: 6 abr. 2021.

SKIDMORE, David. **Reversing course: Carter's foreign policy, domestic politics and the failure of reform.** Tennessee: Vanderbilt University Press, 1996.

SPEAKES, Larry. **Statement by Principal Deputy Press Secretary Speakes on international terrorism.** [S.l.], 1984. Disponível em: <https://www.reaganlibrary.gov/archives/speech/statement-principal-deputy-press-secretary-speakes-international-terrorism>. Acesso em: 4 mar. 2021.

STOHL, Michael. **Terrorism, States, and State Terrorism: the Reagan administration in the Middle East.** Arab Studies Quarterly, v. 9, n. 2, p. 162-172, 1987. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/41857905?read-now=1&refreqid=excelsior%3A60adcad056cc8fee2322d55b955cde34&seq=5#page_scan_tab_contents. Acesso em: 3 mar. 2021.

TILLMANN, Seth P. **The United States in the Middle East: interests and obstacles.** Bloomington: Indiana University Press, 1982. ISBN: 0-253-36172-9.

THOMAS, Clayton. **Afghanistan**: background and U.S. policy. Washington D.C.: Congressional Research Service, 2019. Disponível em: https://www.everycrsreport.com/files/20190718_R45818_f33fa5bb446aabfc4238b1ae8f604fcfc33b5415.pdf. Acesso em: 3 mar. 2021.

U.S. CENSUS BUREAU. **Foreign trade**: trade in goods with Iran. Maryland: Census Bureau, [S.d.]. Disponível em: <https://www.census.gov/foreign-trade/balance/c5070.html#1985>. Acesso em: 22 mar. 2021.

WALTZ, Kenneth N. **Theory of international politics**. Berkley: Addison-Wesley Publishing Company, 1979.